

EM TEMPO!

Publicação da tendência Democracia Socialista do PT

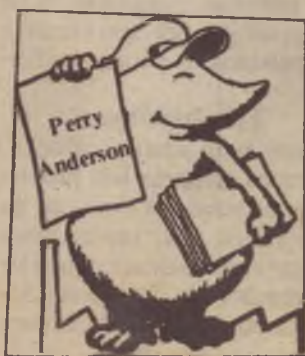
O governo Collor e as ameaças do futuro

O "aventureiro" chegou ao governo de um país dividido, armado de um plano neoliberal, promessas demagógicas e um mandato secreto de violência contra os trabalhadores.



Uma foto na história: Collor reage aos manifestantes em Niterói

fevereiro de 1990 — N.º 242 — NCz\$ 20,00



As antinomias da social-democracia



• Romênia: a história de uma ditadura burocrática

• A atualidade das análises de Trotsky

• Mandel: os frutos amargos do socialismo de mercado



O PT
e o
socialismo



Um marxismo crítico ao pesadelo stalinista e aos mitos da socialdemocracia

Quero assinar o EM TEMPO e receber em meu endereço 12 jornais por um ano. Minha opção de pagamento é:

() Apoio: NCz\$ 300,00 () Normal: NCz\$ 200,00

Nome: _____
Endereço: _____
CEP _____ Cidade _____ Estado _____
Telefone _____

Recorte e envie juntamente com cheque nominal à Editora Aparte Ltda — Rua Artur de Azevedo, 556 — CEP 05404 — São Paulo.

O lugar do marxismo na história
Ernest Mandel
Uma interpretação materialista da história do próprio marxismo.

Para receber um envie um cheque à Editora Aparte Ltda no valor de NCz\$ 175,00

EM TEMPO:

Uma publicação mensal da tendência Democracia Socialista do P.T.

Conselho Editorial: Américo Bernardes, Carlos Henrique Arabe, Gerson de Almeida, Hugo Manso Jr., Istac Akcelrud, João Machado, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Régis Moraes, Ronaldo Barbosa, Sérgio Moura, Tatau Godinho, Tomás Matta Machado.

Jornalista Responsável: Américo Antunes. Reg. MTPS n.º 2.769.

Diagramação: Adelaide Jóia

EM TEMPO: é uma publicação da Editora Aparte Ltda Rua Arthur de Azevedo, 556, Pinheiros — São Paulo. CEP. Fone: 852-8880. CGC n.º 46.093.0001-10.

Sucursais: Belo Horizonte: Rua Guajajaras, 329, sala 12, CEP 30.180. Fone: 226-0646. Porto Alegre: Rua Fernandes Vieira, 618, loja 4. Bonfim: CEP 90.210. Fone: 27-4642. Rio de Janeiro: Rua Senador Dantas, 117, sala 1.414. CEP 20.031.

Editorial A lógica 1 de um governo

Com Collor no governo, assistiremos a uma tentativa mais coerente e ousada de implantação de um programa neoliberal no país.

Passados os primeiros sentimentos de frustração diante das esperanças muito reais mas não confirmadas da eleição de Lula, de indignação legítima perante os métodos usados por Collor para vencer, é preciso que voltemos os olhos para a nova situação criada no país.

E principalmente, é preciso examinar a nova realidade com os olhos de um partido que, pela força de seus acertos e méritos, quase conquistou o governo do país.

A vitória de Collor
O primeiro e mais evidente significado da vitória de Collor para as classes dominantes é o de ter impedido a chegada da Frente Brasil Popular ao governo central do país. Era um momento de grave crise nacional, em que as classes dominantes tiveram de travar uma disputa eleitoral em uma conjuntura particularmente desfavorável. Uma vitória de Lula colocaria em xeque o regime da "Nova República" e inauguraria uma dinâmica que, se aprofundada, poderia vir a colocar em questão os centros de dominação do grande capital.

Esta vitória tem, no entanto, de ser qualificada. Collor venceu por muito pouco e justamente para o adversário mais radical e potencialmente mais capaz de lhe fazer oposição no governo. Se ganhou em São Paulo, perdeu na soma dos votos das cidades com mais de cem mil habitantes. Perdeu no sul e no sudeste — centro político e econômico do país — arrancou apenas uma ligeiríssima vantagem. Perdeu em estados importantes como Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Pernambuco, além do Distrito Federal. Teve contra si a massa dos setores mais organizados da sociedade civil, a grande maioria dos intelectuais e criadores no campo da cultura.

Por causa disso, a vitória eleitoral de Collor não lhe fornece automaticamente governabilidade, isto é, a capacidade e os instrumentos para colocar em prática um plano coe-



Collor no Japão: exercitando os músculos

rente de governo. E nem mesmo a sua vitória dá uma solução às tendências de desenvolvimento de uma crise do regime político da "Nova República".

Collor herda de Sarney uma grave crise de governo. Enfrenta de saída uma gravíssima situação econômica, às vésperas de um processo hiperinflacionário, uma máquina estatal profundamente desorganizada

lidade. E, de forma combinada, com um movimento social radicalizado impondo pressões de conteúdo democrático e redistributivo que não são passíveis de serem resolvidas no espaço estreito das leis e instituições da "Nova República".

Exatamente por suas dificuldades, Collor deverá contar, pelo menos no início, com o apoio unitário e decidido das classes dominantes. Ele é um

O mandato secreto que foi conferido ao governo Collor, não tenhamos dúvidas, é barrar o ascenso do PT e impor grandes derrotas à CUT.

e desmoralizada, uma base parlamentar pouco segura que será completamente renovada após os sete primeiros meses de governo.

Se o governo Collor fracassa em suas tentativas de instaurar a governabilidade, as tendências de crise do regime voltarão a se manifestar com força redobrada. Pois será uma crise de governo sem partidos burgueses fortes e com grandes possibilidades de avanço do PT na instituciona-

ponto de apoio insubstituível para elas neste momento. Em torno dele, gravitarão as forças políticas burguesas, hoje dispersas em um sem número de partidos e pequenas frações.

Três hipóteses

Com base nesta avaliação, podemos elaborar três hipóteses mais gerais de evolução da conjuntura. Elas servem para balizar expectativas e construir referências de interpretação. São importantes também para

Os novos brilhos 2 da estrela

O desafio colocado ao PT não é apenas o de ser oposição a Collor, mas o de construir as condições políticas para uma saída da crise a partir do ponto de vista democrático e popular.

ênfatar que a evolução da conjuntura não está determinada de antemão, que dependerá muito da nossa atuação e do resultado dos grandes embates políticos que travaremos com o governo Collor.

A primeira hipótese é de que o governo Collor consiga implantar a governabilidade no plano econômico, escapar de um resultado adverso nas eleições de 90 e, a partir daí, criar condições para conter a evolução da crise do regime por um certo período.

A segunda hipótese seria a de que o governo Collor entre em uma dinâmica de crise, não consiga retomar o controle sobre a economia, enfrentando tanto uma oposição cerrada dos movimentos sociais quanto um resultado adverso nas eleições de 90. Nesta hipótese, consideramos que o PT e a Frente Brasil Popular ainda não teriam acumulado condições para imprimir uma saída à crise do governo. Esta se daria, pelo menos, em um primeiro momento, através de uma saída negociada com as oposições burguesas e Collor via, por exemplo, a antecipação de um parlamentarismo adaptado à situação.

A terceira hipótese seria a combinação de uma dinâmica de crise do governo Collor com uma correlação de forças em que o PT e a Frente Brasil Popular disputem com chances a saída da crise. Neste caso, o PT teria que impulsionar uma saída democrático-radical para a crise do governo Collor, no limite permitido pela correlação de forças existente na sociedade.

Hipótese provável

No interior desta visão muito aberta das possibilidades de evolução da conjuntura, seria preciso delimitar aquelas que são consideradas as tendências mais fortes.

Sempre lembrando que não há automatismo, que estamos indicando tendências, é preciso dizer que o governo Collor assume em uma situação muito adversa e que há fortes possibilidades de que enfrente uma dinâmica de crise em um prazo não muito distante.

A situação econômica (apesar de estruturalmente mais favorável por exemplo que a da Argentina) é muito delicada: os credores internacionais pressionam para uma volta ao FMI em um acordo que dá pouca folga no que diz respeito ao pagamento dos juros da dívida externa; é muito pouco provável que ocorram investimentos externos em dose qualitativamente importante no

próximo período; é muito difícil que Collor consiga controlar a inflação de uma forma mais prolongada.

A sua base partidária é de natureza fisiológica e pouco firme para sustentar um governo que travará duras batalhas e passará por momentos difíceis. E, por fim, há um mar de expectativas de mudanças que este governo terá uma incapacidade estrutural de confirmar.

A comparação com o governo Sarney é aqui quase automática. Pois este último assumiu em condições de menor crise econômica, muito mais apoio político e social e menos oposição.

Esta comparação ficaria, no entanto, desequilibrada se não analisássemos a origem muito diversa do governo Collor em relação ao nascimento do governo Sarney. Este, um governo de transição, nascido de uma negociação de um bloco político capitaneada por forças de centro-direita com o regime militar. E o governo Collor nascido de uma disputa acirrada da direita com a esquerda, com bases políticas mais homogêneas e um programa político mais definido.

Collor, é certo, procurará se servir de seus vícios e fraquezas como virtudes e armas. Utilizará o assédio do PT para recompor continuamente a unidade burguesa em torno de seu governo. Fará uso de sua carência de bases partidárias, para se movimentar com mais liberdade e ousadia e, principalmente, disputar influência diretamente junto à sociedade.

Apesar de não estarem ainda definidas todas as características de seu governo, podemos desde já alinhar alguns de seus traços básicos:

— será um governo ideologicamente definido, apoiando-se ofensivamente na ideologia liberal, na apropriação ousada do tema da "crise do socialismo";

— apoiar-se-á em uma coalizão de partidos e não em um partido (não será o governo do PRN apenas);

— fará acordos com o FMI, tomará iniciativas de atração e abertura da economia junto ao capital estrangeiro;

— atacará de modo demagógico o funcionalismo público e desencadeará um programa ofensivo de privatização das estatais;

— conservará o padrão herdado de arrocho salarial, calçando o dinamismo da economia no setor exportador.

A confrontação das tarefas do PT diante destas três hipóteses de desenvolvimento da conjuntura é importante por várias razões. A principal delas é que, com o peso que ganhamos, o que fizermos ou deixarmos de fazer exercerá um papel decisivo na evolução dos acontecimentos.

A consideração da hipótese de que o governo Collor consiga se firmar e realizar (mesmo que não integralmente) os seus objetivos é fundamental para que não o subestimemos. Pelas ameaças que coloca, ele é um governo mais perigoso para o movimento operário do que o governo Sarney.

Para enfrentá-lo o PT tem que atualizar seu programa e sua organização. Não pode ser condescendente com deficiências e fraquezas que demonstrou na disputa eleitoral.

A disputa ideológica aberta e de massas com o projeto neo-iberal de Collor cobra do PT o aprofundamento de suas definições socialistas. Isto significa pelo menos quatro elementos: ser capaz de elaborar do ponto de vista marxista a compreensão da crise do Leste; aprofundar os elementos críticos do projeto socialdemocrata; avançar em seu programa para o estado e para a economia.

A luta contra os planos econômicos do governo Collor exigirá do PT, por sua vez, uma capacidade muito maior do que tem demonstrado até aqui de combinar a luta nos movimentos sociais com a sua participação eleitoral. Pois a tática de Collor será exatamente a de isolar e quebrar os setores mais organizados dos trabalhadores, a partir de posições e acordos firmados inclusive no Congresso. É o tipo de desafio que não pode ser respondido apenas do ponto de vista sindical, corporativo.

Estes duros embates e as tarefas de manutenção e aprofundamento da influência po-



Festa de fogos no último comício da campanha em São Paulo

lítica conquistada no segundo turno reclamam uma profunda e global renovação das estruturas organizacionais do PT. As organizações de base do PT, seus instrumentos de centralização, sua rede de imprensa e de comunicação, suas estruturas de formação políticas no terceiro ano consecutivo em que o PT é atraído por uma dinâmica eleitoral já constituem hoje um limite físico, material ao nosso avanço.

As chances de vitória do governo Collor serão inversamente proporcionais à nossa capacidade de dar respostas a estas debilidades do PT.

Hegemonia e alianças

A consideração da segunda hipótese — a de que a crise do governo Collor não será automaticamente capitalizada pelo PT — acende a relação tensa que hoje existe entre a construção de hegemonia do campo democrático-popular e as alianças na oposição ao governo Collor.

Pois hoje mais do que nunca, ao mesmo tempo em que se faz oposição a Collor, estão-se disputando as diversas propostas de saída para a crise.

A consolidação de um campo democrático e popular de

oposição ao governo Collor passa pelo aprofundamento de tendências apenas inicialmente manifestadas no primeiro e segundo turnos da campanha eleitoral. Exige o avanço da consciência "antimonopolista, antiimperialista e antilatifundiária" que orienta o programa democrático-popular. Cobra o enraizamento social cada vez maior dos treze pontos que compõem o programa da Frente Brasil Popular. Exige o fortalecimento do PT e da sua capacidade de protagonizar e dirigir uma frente cada vez mais ampla. Enfim, requer a ênfase no processo de auto-organização do movimento operário-popular, o crescimento de suas entidades e suas lutas.

É a partir da construção deste campo estratégico que o PT deve definir a sua postura diante das alianças táticas que estão colocadas na oposição ao governo Collor. Diluir este campo estratégico de acumulação de forças em prol de uma visão imediatista e utilitarista de alianças eleitorais com partidos burgueses na oposição a Collor é, na prática, nos incapacitarmos para travar a luta pela saída da crise.

Coerente com as diretrizes do V e VI Encontro, devemos continuar construindo a Frente Brasil Popular, atraindo pa-

ra ela setores do PDT, PSDB, do campo progressista do PMDB cuja prática e base social não contrariam os princípios programáticos fundamentais definidos.

“Terceira onda”

Por fim, a consideração da terceira hipótese — a de uma crise do governo Collor na qual tenhamos acumulado uma correlação de forças suficiente para que possamos protagonizar a direção de sua superação — é importante para ampliar os horizontes do partido para além da institucionalidade da “Nova República”.

Este é provavelmente o grande defeito da resolução aprovada no Diretório Nacional do partido em sua reunião de janeiro: a de trabalhar implicitamente com o horizonte das eleições de 90 e uma acumulação de forças para a disputa na próxima eleição presidencial.

Ora, isto é contraditório com nossas teses, com a dinâmica provável da crise do governo Collor e com a própria saída que queremos imprimir a ela.

As teses do V e VI Encontro questionam a institucionalidade da “Nova República” em vários pontos fundamentais. E podemos formular a idéia que quanto mais isolarmos e derrotarmos os projetos antipopulares do governo Collor mais estaremos impulsionando as tendências de crise do regime.

A noção fundamental, no entanto, é de que a saída de uma crise do governo Collor do ponto de vista dos trabalhadores, das aspirações democráticas das amplas massas, não pode por sua natureza se confinar nos limites das instituições, lógica e calendário da “Nova República”.

Por isso, devemos nos preparar politicamente para dirigir um movimento de massas de caráter democrático radical, uma “terceira onda” que supere em profundidade e força o movimento pelas diretas já e a vaga de mobilizações geradas pela candidatura Lula.



3 A CUT no front das grandes batalhas

Será decisivo no próximo período que a CUT não pense, aja e organize de forma corporativa sob pena de sofrer graves derrotas frente ao governo Collor.

O governo Collor desencadeará uma pressão inédita sobre a CUT. Sua capacidade de cooptação no movimento operário é muito pequena. A correlação de forças hoje existente entre a CUT e a CGT é qualitativamente mais favorável à CUT do que quando Sarney assumiu o governo.

Collor sabe que é aí — na sua capacidade de enfrentar e derrotar o movimento sindical — que se decidirá em grande medida a sorte de seu governo. A CUT estará, pois, na primeira linha do front.

Não será apenas um teste da força acumulada pela CUT. Será principalmente uma prova de capacidade da central em orientar sua política para enfrentar um governo que faz do plano neoliberal a própria razão de ser.

O confronto com o projeto neoliberal, avivado pela aguda crise econômica em curso, exige que a CUT supere os traços fortes de corporativismo que ainda existem em sua estrutura organizativa e as limitações de economicismo que se manifestam de modo grave em sua prática.

A CUT e as massas

Vimos já como Collor germinou a sua candidatura no solo fértil do descontentamento dos setores populares mais empobrecidos e alheios à influência do movimento operário organizado. Vimos como, no segundo turno, Collor procurou jogar com os preconceitos destes setores contra o PT e a CUT, abrindo sobre nós uma pressão ao mesmo tempo “por cima” e “por baixo”.

Esta tática não é nova. Os projetos neoliberais em países onde existe uma tradição sindical mais forte têm se valido sempre do jogo com a pressão do desemprego estrutural, da segmentação do mercado e das diferenciações que artificialmente exacerba entre os assalariados, dos mecanismos de



Paulo Torraca Fótton

introdução do trabalho informal.

Pelo grau de miserabilidade e opressão que sofrem, estes setores são mais vulneráveis à pressão dos valores conservadores. Pertencem em geral a categorias superexploradas (construção civil, comerciários

da classe trabalhadora os menos atingidos por um sindicalismo verticalizado e com uma estrutura organizativa de tipo tradicional.

Daí que seja fundamental para a CUT e os sindicatos promoverem uma profunda democratização das suas estru-

será representado legitimamente pelo “sindicalismo de resultados”.

Este é, sem dúvida, o último e forte ponto de resistência à penetração da CUT no movimento sindical.

Esta forma tardia de nascimento de um sindicalismo ideologicamente burguês é bem reveladora de sua função. O papel objetivo que cumpre não é o de integrar ideologicamente as massas que influencia no capitalismo. Esta pretensão não tem nenhuma base material em um período em que as condições de vida das massas retrocedem gravemente. A sua função é outra: é preservar e defender o espaço de influência burguesa através da cisão entre a consciência sindical e a consciência política forte que se expande com o PT.

A situação dos metalúrgicos de São Paulo é bem característica: há várias indicações de que Lula obteve larga maioria na categoria no segundo turno; mas sabe-se que Medeiros ainda mantém, apesar de ter apoiado Collor, forte influência na base do sindicato.

Abre-se um período riquíssimo de consolidação orgânica da dinâmica de frente única no movimento operário e popular que se aglutinou em torno da candidatura Lula.

etc) que não têm tradição de luta sindical. Ou então compõem o exército — cada vez mais numeroso e com peso crescente na população economicamente ativa — dos trabalhadores do setor informal da economia, que não dispõe de um vínculo de trabalho permanente e estável.

São exatamente estes setores

reforçarem as suas organizações de base e os canais de unificação entre as categorias, criarem mecanismos de unificação com a dinâmica do movimento popular urbano.

Política e sindicato

O braço saliente do governo Collor entre os trabalhadores

Pois bem: se o "sindicalismo de resultados" trabalha com a cisão entre consciência sindical e consciência política classista, podemos afirmar que Collor procurará meter uma cunha entre o movimento sindical e a sociedade. Isto é, procurará apresentar os interesses defendidos pelos sindicatos mais combativos como sendo os de uma parcela privilegiada, em contraposição aos interesses gerais da população. Atacará o funcionalismo público e desencadeará uma política ofensiva de privatização.

É por esta razão que a direção da CUT tem necessariamente que ser capaz de dirigir a luta sindical de forma a cada momento a disputar a legitimidade e o apoio da sociedade. E só será capaz disso se se politizar, se for capaz de fazer a mediação entre os interesses específicos que defende e os interesses da maioria da sociedade, se se forma e atua partidariamente.

PT e frente única

Esta necessidade de uma integração orgânica entre o PT e os militantes sindicais fica mais evidenciada tendo em vista a dinâmica de frente única que cabe à CUT consolidar no próximo período.

A corrente sindical classista, dirigida pelo PC do B, decidiu se vincular à CUT. Setores sindicais influenciados pelo PCB, sindicais rurais e federações de trabalhadores agrícolas tomam o mesmo rumo.

Assim, a hegemonia do PT no interior da CUT será cada vez menos automática e exigirá o reforço da secretaria sindical do partido, a definição de uma linha de atuação sindical e a criação de fóruns de unificação da prática partidária, no interior da Central.



4

A Frente Brasil Popular e Brizola

Foram ampliados os espaços para alianças táticas contra o governo Collor. Mas seria errado derivar daí a visão de que o PDT de Leonel Brizola seria capaz de implementar um programa de governo democrático e popular.

Após ter sido o eixo a partir do qual se aglutinaram as forças em oposição a Collor no segundo turno, o PT se vê agora diante do desafio de definir a postura diante dos partidos e forças políticas que não fazem parte da Frente Brasil Popular mas provavelmente serão, em graus distintos, oposição ao governo Collor.

Isto vale mais precisamente para o PSDB, o PDT, setores da chamada esquerda do PMDB. O PV, que havia participado da Frente Brasil Popular em um primeiro momento, aprofundou a crise e isolamento a partir da manutenção da candidatura de Gabeira. O PCB, que também já havia sido convidado a participar da Frente Brasil Popular, enfrenta uma forte crise de identidade a partir dos acontecimentos do Leste Europeu.

Novos perfis

Os resultados e a dinâmica das eleições presidenciais vêm provocando uma série de alterações no perfil e partidos e políticos situado no espectro de centro-esquerda.

O PSDB, apesar dos atritos e protestos de sua ala esquerda (o chamado MUP), vem tomando uma série de iniciativas para se situar em algum ponto intermediário entre o governo Collor e o PT.

O PSDB, ao mesmo tempo em que busca ser uma alternativa de centro a uma crise de governo Collor, não quer desde já fechar as portas à participação nele.

Com a avalanche adesista que Collor desencadeou nas fileiras do PMDB, a permanência dos setores com alguma tradição progressista em seu interior ficou bem mais difícil. Além disso, os motivos fisiológicos que levavam estes setores a permanecer no PMDB, apesar de tudo, ruíram com a bancarrota eleitoral da sigla. Assim, Arraes filiou-se ao PSB, Waldyr Pires indica o caminho do PDT e assim por diante.

O cálculo de Brizola parece

ser o de firmar a legenda numa postura abertamente oposicionista ao governo Collor. Este movimento é coerente com as tendências de voto de suas bases eleitorais no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro. Como parte desta tática, tem proposto a construção de frentes eleitorais com o PT, em particular nestes dois estados.

Alianças táticas

O deslocamento dos setores progressistas do PMDB e a postura oposicionista de Brizola ampliam o espaço para que estabeleçamos com estas forças alianças táticas de oposição a Collor, seja no campo parlamentar, seja no campo dos movimentos sociais onde estes setores tenham influência.

A própria dinâmica dos confrontos com o governo Collor irão testando e ampliando estes espaços, a consistência e a amplitude destas alianças táticas.

Seria incorreto, no entanto, estabelecer já com estas forças alianças eleitorais em torno de um programa de governo. Isto é, que signifiquem acordos e compromissos de governar juntos. Tais acordos e compromissos significariam inevitavelmente uma diluição do perfil programático da Frente Brasil Popular e um deslocamento perigoso do PT frente a suas bases classistas. Quase todas estas forças, quando no governo, em um período muito recente, patrocinaram inclusive repressões a movimentos grevistas.

O argumento de que a recusa de tal postura poderia gerar eventuais vitórias de forças da direita comprometidas com Collor repete os pretextos do velho "voto útil". E torna-se menos convincente ainda quando se sabe que as eleições para cargos majoritários serão disputadas em dois turnos.

Rio de Janeiro

O debate sobre a tática eleitoral a ser seguida no Rio de Janeiro se trava em uma situação particularmente polêmica.



Os novos passos de Brizola: buscando o espaço na nova conjuntura

Por expressiva maioria de votos na direção executiva e no Diretório estadual do partido, o PT carioca afirmou "a sua disposição de disputar o governo do Estado com o nome do companheiro Jorge Bitar, e o senado com o companheiro Milton Temer".

O setor majoritário da direção executiva nacional do PT tem insistido, no entanto, na

cidade do Rio de Janeiro e no interior. Obteve expressivas votações em redutos de Brizola, como na Baixada Fluminense, na zona oeste da cidade do Rio, em São Gonçalo e em Campos.

E no sul fluminense, único local no Brasil onde a polarização das duas primeiras colocações no primeiro turno se deu entre Lula e Brizola, o PT

Ao contrário do PSDB, que abriu canais de comunicação com o governo Collor, Brizola busca se firmar num campo de oposição mais frontal ao novo governo.

necessidade de se fazer uma aliança no primeiro turno com Brizola, cedendo naturalmente a ele a cabeça da coligação.

Tal proposta — que até agora é cada vez mais minoritária à medida em que se amplia o leque de consultas na base do partido — poderia quebrar todo um processo penoso mas nitidamente ascendente de delimitação do PT diante do populismo brizolista. No primeiro turno, o PT obteve 12% na

obteve excelentes resultados: 31% em Volta Redonda, 36% em Barra Mansa, 25% em Pirai e 22% em Barra do Pirai.

Assim, no Rio é fundamental uma candidatura própria que apresente uma alternativa não populista aos 12% de fluminenses que votaram no PT já no primeiro turno. E que se coloque como tarefa ampliar esta votação, lutando para que o PT chegue ao segundo turno para uma polarização direta com o populismo.

O PT e o socialismo

As definições estratégicas — sobre o sentido do acúmulo de forças, o tipo de partido que precisamos, a revolução brasileira, o socialismo e os marcos internacionais de nossa intervenção — são fundamentais para enfrentar a nova situação política que se abre.

De um lado, temos que responder à ofensiva neo-imperialista. De outro, as gigantescas mudanças que estão se processando na URSS e no Leste Europeu — as mais importantes desde a Segunda Guerra Mundial representam o colapso do estalinismo e constituem um fenômeno histórico essencialmente progressista. Criam um cenário internacional radicalmente novo.

Mas para alguns setores do movimento internacional dos trabalhadores, isto está sendo identificado como o fracasso do socialismo, produzindo profundas desorientações e abrindo espaços maiores para a ofensiva política e ideologia da burguesia.

A insuficiência das definições neste campo já foi constatada pelo partido, que pautou o tema do socialismo para o VII Encontro Nacional, a se realizar em junho.

José Correia

O PT acumulou, ao longo de uma década de existência, uma série de definições sobre sua perspectiva socialista. Seu Manifesto de fundação, de fevereiro de 1980, já afirmava: “O PT pretende chegar ao governo e à direção do Estado para realizar uma política democrática do ponto de vista dos trabalhadores, tanto no plano econômico quanto no plano social. O PT buscará conquistar a liberdade para que o povo possa construir uma sociedade igualitária, onde não haja nem explorados nem exploradores. O PT manifesta sua solidariedade à luta de todas as massas oprimidas do mundo.”

Em 27 de setembro de 1981, quando da convenção nacional do PT, Lula fez um discurso de encerramento, posteriormente transformado em documento partidário, que precisava o socialismo pelo qual o PT luta: “Nós, do PT, sabemos que o mundo caminha para o

socialismo. Os trabalhadores que tomaram a iniciativa histórica de propor a criação do PT já sabiam disso muito antes de terem sequer a idéia da necessidade do partido... Não basta a alguém dizer que quer o socialismo. A grande pergunta é: qual socialismo?... Nós, do Partido dos Trabalhadores, queremos manter as melhores relações de amizade com todos os partidos que, no mundo, lutam pela democracia e pelo socialismo. Este tem sido o critério que orienta e continuará orientando os nossos contactos internacionais... Sabemos que caminhamos para o socialismo, para o tipo de socialismo que nos convém.

Sabemos que não nos convém nem está em nosso horizonte adotar a idéia do socialismo para buscar medidas paliativas aos males sociais causados pelo capitalismo ou para gerenciar a crise em que este sistema econômico se encontra. Sabemos também que não nos convém adotar como perspectiva um socialismo burocrático que atende mais às novas castas de tecnocratas e de privilegiados que aos trabalhadores e ao povo.”

Um socialismo distinto tanto da socialdemocracia como o stalinismo. Esta definição constitui um ponto de unidade da grande maioria das forças constitutivas do PT. Com ela, o PT pôde apoiar e empolgar-se com a experiência do Solidariedade na Polônia. Ela também permitiu uma aproximação com Cuba, na luta contra o pagamento da dívida externa, com a Nicarágua, na defesa de uma revolução pluralista, e com FMLN, de Salvador, no apoio a sua luta.

Mas ela não foi suficiente para impedir a existência de uma ambiguidade nas ligações do partido com o PC chinês, com a República Democrática Alemã (para onde o PT enviou vários militantes para cursarem a escola de quadros do PSU) ou ainda com os PCs europeus e o PC italiano.

Foi só no V Encontro Nacional que se iniciou, de fato, a elaboração de uma proposta estratégica para o partido e a discussão mais efetiva do socialismo pelo qual lutamos. Estávamos, em primeiro lugar, apresentando uma alternativa global aos projetos burgueses, onde este elemento não poderia estar ausente.

Em segundo lugar, de forma inicial e ainda misturada com análises de origem stalinista como a idéia de que cada classe deve ter apenas um partido, apresentavam-se bases para a defesa do pluralismo político no processo de transição.

Em terceiro lugar, a resolução avançava em vários pontos referentes à importância da democracia no seio do so-

O Partido dos Trabalhadores surge da necessidade sentida por milhões de brasileiros de intervir na vida social e política do país para transformá-la. A mais importante lição que o trabalhador brasileiro aprendeu em suas lutas é a de que a democracia é uma conquista que, ou se constrói pelas suas mãos ou não virá.

A grande maioria de nossa população trabalhadora, das cidades e dos campos, tem sido sempre relegada à condição de brasileiros de segunda classe. Agora, as grandes maiorias que constroem a riqueza da nação querem falar por si próprias. Não esperam mais que a conquista de seus interesses econômicos, sociais e políticos venha das elites dominantes. Organizam-se elas mesmas, para que a situação social e política seja a ferramenta da construção de uma sociedade que responda aos interesses dos trabalhadores e dos demais setores explorados pelo capitalismo.

NASCENDO DAS LUTAS SOCIAIS

Após prolongada e dura resistência democrática, a grande novidade conhecida pela sociedade brasileira é a mobilização dos trabalhadores para lutar por melhores condições de vida para a população das cidades e dos campos. O avanço das lutas populares permitiu que os operários industriais, assalariados do comércio e dos serviços, funcionários públicos, moradores da periferia, trabalhadores autônomos, camponeses, trabalhadores rurais, mulheres, negros, estudantes, índios e outros setores explorados pudessem se organizar para defender seus interesses; para exigir melhores salários, melhores condições de trabalho, para reclamar o atendimento dos serviços nos bairros e para comprovar a união de que são capazes.

Estas lutas levaram ao enfrentamento dos mecanismos de repressão impostos aos trabalhadores, em particular o arrocho salarial e a proibição do direito de greve. Mas tendo de enfrentar um regime organizado para afastar o trabalhador do centro de decisão política, começou a tornar-se cada vez mais claro para os movimentos populares que as suas lutas imediatas e específicas não bastam para garantir a conquista dos direitos e dos interesses do povo trabalhador.

Por isto, surgiu a proposta do Partido dos Trabalhadores. O PT nasce da decisão dos explorados de lutar contra um sistema econômico e político que não pode resolver os seus problemas, pois só existe para beneficiar uma minoria de privilegiados.

POR UM PARTIDO DE MASSAS

O PT nasce da vontade de independência política dos trabalhadores, já cansados de servir de massa de manobra para os políticos e os partidos comprometidos com a manutenção da atual ordem econômica, social e política. Nasce da vontade de emancipação das massas populares. Os trabalhadores já sabem que a liberdade nunca foi nem será dada de presente, mas será obra de seu próprio esforço coletivo. Por isso protestam quando vêem partidos sendo formados de cima para baixo, do Estado para a sociedade, dos exploradores para os explorados.

Os trabalhadores querem se organizar como força política autônoma. O PT pretende ser uma real expressão política de todos os explorados pelo sistema capitalista. Somos um Partido dos Trabalhadores, não um partido para iludir os trabalhadores. Queremos a política como atividade própria das massas que desejam participar, legal e legitimamente, de todas as decisões da sociedade. O PT quer atuar não apenas nos momentos das eleições, mas, principalmente, no dia-a-dia de todos os trabalhadores, pois só assim será possível construir uma nova forma de democracia, cujas raízes estejam nas organizações de base da sociedade e cujas decisões sejam tomadas pelas maiorias.

Queremos, por isso mesmo, um partido amplo e aberto a todos aqueles comprometidos com a causa dos trabalhadores e com o

O manifesto de fundação do PT: “conquistar a liberdade para que o povo possa construir uma sociedade igualitária, onde não haja explorados e nem exploradores”.

cialismo, a defesa da autonomia da sociedade civil neste processo e a necessidade de mecanismos políticos de resolução dos conflitos que surgem no seio destas sociedades.

O VI Encontro Nacional, em julho de 1989, foi o momento de efetiva síntese e superação de algumas contradições nas definições sobre o tema presente nas resoluções do V.E.N. As “diretrizes para a elaboração das bases do PAG” afirmam: “no debate político-ideológico ao longo da campanha eleitoral deixaremos clara nossa opção pelo socialismo, um socialismo com democracia, com liberdade de expressão, com liberdade de organização dos trabalhadores, que rejeita a concepção burocrática e a visão do partido único. Nosso projeto político vai além de ga-

seu programa. Em consequência, queremos construir uma estrutura interna democrática, apoiada em decisões coletivas e cuja direção e programa sejam decididos em suas bases.

PELA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS TRABALHADORES

Em oposição ao regime atual e ao seu modelo de desenvolvimento, que só beneficia aos privilegiados do sistema capitalista, o PT lutará pela extinção de todos os mecanismos ditatoriais que reprimem e ameaçam a maioria da sociedade. O PT lutará por todas as liberdades civis, pelas franquias que garantem, efetivamente, os direitos dos cidadãos, e pela democratização da sociedade em todos os níveis.

Não existe liberdade onde o direito de greve é fraudado na hora de sua regulamentação, onde sindicatos urbanos e rurais e as associações profissionais permanecem atrelados ao Ministério do Trabalho, onde as correntes de opinião e a criação cultural são submetidas a um clima de suspeição e controle policial, onde os movimentos populares são alvo permanente da repressão policial e patronal, onde os burocratas e tecnocratas do Estado não são responsáveis perante a vontade popular.

O PT afirma seu compromisso com a democracia plena e exercida diretamente pelas massas. Neste sentido, o PT proclama que sua participação em eleições e suas atividades parlamentares se subordinarão ao objetivo de organizar as massas exploradas e suas lutas. Lutará diretamente pelo Estado como também dos próprios partidos políticos. O PT pretende que o povo decida o que fazer da riqueza produzida e dos recursos naturais do país. As riquezas naturais, que até hoje só têm servido aos interesses do grande capital nacional e internacional, devem ser postas a serviço do bem-estar da coletividade. Para isto é preciso que as decisões sobre a economia se submetam aos interesses populares. Mas estes interesses não prevalecerão enquanto o poder político não expressar uma real representação popular fundada nas organizações de base para que se efetive o poder de decisão dos trabalhadores sobre a economia e os demais níveis da sociedade.

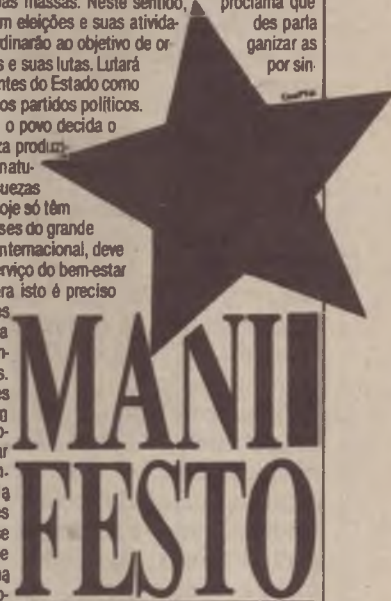
Os trabalhadores querem a independência nacional. Entendem que a Nação é o povo e, por isso, sabem que o país só será efetivamente independente quando o Estado for dirigido pelas massas trabalhadoras. É preciso que o Estado se torne a expressão da sociedade, o que só será possível quando se criarem as condições de livre intervenção dos trabalhadores nas decisões dos seus rumos. Por isto, o PT pretende chegar ao governo e à direção do Estado para realizar uma política democrática, do ponto de vista dos trabalhadores, tanto no plano econômico quanto no plano social. O PT buscará conquistar a liberdade para que o povo possa construir uma sociedade igualitária, onde não haja explorados e nem exploradores. O PT manifesta sua solidariedade à luta de todas as massas oprimidas do mundo.

Os trabalhadores querem a independência nacional. Entendem que a Nação é o povo e, por isso, sabem que o país só será efetivamente independente quando o Estado for dirigido pelas massas trabalhadoras. É preciso que o Estado se torne a expressão da sociedade, o que só será possível quando se criarem as condições de livre intervenção dos trabalhadores nas decisões dos seus rumos. Por isto, o PT pretende chegar ao governo e à direção do Estado para realizar uma política democrática, do ponto de vista dos trabalhadores, tanto no plano econômico quanto no plano social. O PT buscará conquistar a liberdade para que o povo possa construir uma sociedade igualitária, onde não haja explorados e nem exploradores. O PT manifesta sua solidariedade à luta de todas as massas oprimidas do mundo.

nar a eleição presidencial. Seu sentido histórico é o de transformar o país, realizar uma revolução política e social... A implantação da globalidade de um programa democrático e popular só pode ocorrer com a revolução socialista... O PT não acredita num partido socialista sem trabalhadores. Nem acha possível contruir o socialismo sem a ação decisiva dos trabalhadores no próprio processo dessa construção.

A experiência histórica nos legou a convicção de que o socialismo ou é obra dos trabalhadores ou jamais será socialismo. Por isso, estamos dispostos a disputar em todos os campos a hegemonia na sociedade e chegar ao socialismo pela ação e pela vontade das maiorias...

As experiências de construção do so-



cialismo — em particular onde as burocracias se apoderaram do poder político em nome dos trabalhadores e os alijaram do seu exercício — demonstram que não pode existir um autêntico socialismo sem aprofundamento e defesa integral da democracia. O pluralismo partidário, a liberdade de imprensa e sindical, de credo, a existência de condições efetivas para sua prática, o respeito integral aos direitos humanos são importantes conquistas da humanidade, que devem ser ferreamente defendidas pelos trabalhadores no processo de construção do socialismo”.

Estas colocações ganham ainda mais destaque na medida em que o VI Encontro Nacional aprovou uma duríssima moção de crítica à repressão ao movimento democrático chinês e à comuna de Pequim, que impossibilitavam a manutenção de qualquer vínculo com o governo daquele país.

Importância e limites

Estas definições são fundamentais. Elas retiram as decorrências lógicas de nosso antagonismo com o sistema político burguês no Brasil e com o sistema capitalista, nosso horizonte estratégico democrático, socialista e revolucionário. O PT identifica-se, assim, com as grandes tradições do movimento operário e socialista internacional.

São definições, entretanto, insuficientes para permitir que nos orientemos na nova situação nacional e mundial. A luta política e ideológica travada por Collor e as demais candidaturas burguesas contra nós nas eleições já se apoiava no colapso do sistema stalinista.

Além disso, o cenário internacional instável, de grande mobilidade, elimina o que muitas correntes de esquerda — inclusive setores presentes no PT — consideravam como as bases mais seguras do seu sistema de referências (ver matéria ao lado).

As posições socialdemocratas tendem, a curto prazo, a tornarem-se referências mais “competitivas”, com maior capacidade polarização ideológica. Apologistas da modernidade e da pós-modernidade capitalistas passam a encontrar mais eco no movimento dos trabalhadores. A crítica ao objetivismo mecanicista das concepções stalinistas alimenta o surgimento de correntes opostas, que trabalham a partir do subjetivismo idealista. Tornou-se moda falar da crise do marxismo, do “paradigma” leninista ou da tradição da Terceira Internacional.

Isso impõe um difícil desafio ao nosso partido. O salto de definições agora colocado para o PT é o da articulação entre nossa perspectiva revolucionária para o Brasil (que tem suas decorrências para a construção partidária), nossas concepções socialistas e democráticas opostas à socialdemocracia e nossa perspectiva internacionalista.

Novo marco internacional

A perestroika e principalmente a glasnost conduzidas por Gorbachev na URSS abriram uma dinâmica incontrolável. Porporcionaram as condições

para o desenvolvimento de movimentos sociais independentes e o questionamento do monopólio do poder pelo PC da União Soviética. Permitiram que a dinâmica da luta social própria a cada país da Europa do Leste pudesse se desenvolver sem a ameaça permanente da intervenção dos tanques russos. A ditadura burocrática passou a ser questionada em bloco nestes países. As questões nacionais, não resolvidas em parte alguma, emergem em quase todos os países. Toda a ordem política e social que estruturava a Europa desde a 2ª Guerra Mundial pôde ser questionada.

Gorbachev desenvolve, ao mesmo tempo, uma negociação global com o imperialismo que, se, de um lado, tem o mérito de reduzir os riscos de uma confrontação atômica e acelerar as pressões pelo desarmamento, de outro lado conduz a acordos regionais que sacrificam as lutas dos povos por sua emancipação e os movimentos revolucionários aos interesses do imperialismo americano. Isso coloca a revolução centro-americana numa posição particularmente difícil.

Este conjunto de transformações representa o colapso do stalinismo e de seus sucedâneos imediatos, bem como das concepções “campistas” de desenvolvimento da revolução mundial. Ainda que não signifiquem a supressão da dominação burocrática nas sociedades pós-revolucionárias, abrem caminho para lutar por seu fim.

Não se trata, naturalmente, da morte do socialismo, que ainda não nasceu como sistema socioeconômico globalmente alternativo e qualitativamente superior ao capitalismo (apesar de estarem dadas as condições objetivas para isso). O que temos é o enfraquecimento do poder das castas burocráticas que monopolizavam o controle do Estado nas sociedades pós-capitalistas, barrando seu movimento em direção ao socialismo.

A eliminação ou o estabelecimento do controle social sobre as burocracias existentes nesta sociedade de transição, retirando-as do poder político, é uma condição indispensável para a retomada de seu desenvolvimento num sentido socialista, desembocando na estruturação de um sistema socioeconômico mundialmente articulado, qualitativamente superior ao capitalismo, que possa ser efetivamente caracterizado como socialista.

A crise das burocracias abre um período de disputa nestas sociedades, com três atores em cena. As burocracias de cada um destes países, que, fazendo concessões, buscam se manter no poder; a burguesia imperialista, que, utilizando do seu controle sobre o mercado mundial, procura reintegrar estes países no seu sistema de dominação e restaurar o capitalismo; e os trabalhadores, a imensa maioria da população destes países, que têm interesse em que essas sociedades avancem no sentido de um socialismo democrático e autoquestionário — eis os contendores em disputa, em seu estado quimicamente puro.

O processo em curso, entretanto, não surge com esta nitidez. As forças



Sublevação da classe operária polonesa em 1980



Manifestação “nacionalista” nos países bálticos para reclamar uma autonomia maior



Greve dos mineiros de Kouzbass, na Sibéria ocidental (URSS)

sociais objetivamente interessadas na restauração do capitalismo em cada um destes países são débeis setores isolados da burocracia, pequenos proprietários urbanos e principalmente rurais. De outro lado, meio século de dominação stalinista produziu uma notável confusão ideológica, já que o sistema de economia planificada é identificado com o autoritarismo, ineficiência e corrupção da burocracia e a economia do mercado com a liberdade, a eficiência e o bem-estar atribuídos aos países da Europa Ocidental.

Estas ilusões, alimentadas pela agressiva campanha ideológica da burguesia, e agora por setores da burocracia, não resistem a uma análise mais detida: a restauração do capitalismo nestes países significaria o fim do pleno emprego e das referências de igualitarismo que marcam estas sociedades (e que são, inclusive, um dos móveis da luta antiburocrática). Significaria não a formação de um capitalismo nacional, mas a desnacionalização destas economias; países que querem transformar-se em Suécias seriam reduzidos à condição da Argentina ou do México.

Os trabalhadores, até este momento, não se organizaram enquanto classe. Estão atuando como parte de amplos movimentos cívicos de frente única contra a burocracia. Ai estão se liberando enormes energias revolucionárias. É a partir destas experiências práticas que desenvolvem, que eles podem e (a julgar por todos os processos passados) provavelmente vão organizar-se em função da defesa de seus interesses de classe.

A abertura desta disputa insere-se num quadro internacional de ofensiva ideológica da burguesia (já que sua situação econômica é difícil e Gorbatchev e o seu setor reformista da burocracia soviética têm tido grande capacidade de iniciativa política no plano internacional). As políticas neoliberais, o reaganismo e o thatcherismo, de um lado, e as iniciativas da perestroika e as reformas de "socialismo de mercado" de outro, compõem um quadro que a burguesia apresenta como de constatação da superioridade do capitalismo sobre o "socialismo".

A social-democracia hoje sem um projeto mais afirmativo (ver o artigo de Perry Anderson nesta edição) ganha espaço como alternativa viável, questionando a própria idéia da revolução como utópica e desnecessária.

Nada disso pode ser sustentado a médio prazo se o capitalismo internacional não entrar em seu novo período de expansão duradoura (e nada indica que isso possa ocorrer) e os trabalhadores da Europa do Leste revelaram-se capazes de defender seus interesses de classe. Mas o efeito imediato é o de desorientar e exigir um reposicionamento global da esquerda revolucionária, que lhe dê uma visão articulada do que se passa no mundo, permitindo a definição de uma orientação internacional coerente nos três setores da revolução mundial (revolução socialista nos países imperialistas, revolução permanente nos países dependentes e revolução antiburocrática nas sociedades de transição burocratizadas).

Pauta de discussões

Este quadro internacional coloca uma série de problemas fundamentais como tema de discussão para todos os revolucionários do Brasil e do mundo. Podemos agrupá-los em três blocos.

1. O futuro do socialismo:

- Quais as perspectivas para a URSS e o Leste Europeu? Como nos posicionamos frente aos problemas fundamentais que qualquer transição ao socialismo tem que enfrentar, como a relação plano e mercado, o controle da burocracia, autogestão econômica e democracia socialista?

- Como unificar a vanguarda socialista a nível internacional e nacional em torno de um quadro de referência que possa substituir a visão "campista" como marco de compreensão da revolução mundial?

2. Neoliberalismo e socialdemocracia:

- Compreender o caráter passageiro do fortalecimento da socialdemocracia no plano internacional.

- Precisar nossas perspectivas para o capitalismo como sistema econômico internacional no próximo período.

- Armando-nos política e ideologicamente para responder à ofensiva liberal e anti-estatista, para trabalhar os problemas advindos da crise do estado do bem-estar social nos países imperialistas.

- Frente ao estado burguês, reafirmar nossa perspectiva revolucionária e definir como trabalhar e o acúmulo de forças e conquistas dos trabalhadores em uma situação não revolucionária; destacar, em particular, os problemas relativos à intervenção do Estado na economia, a desprivatização do Estado e a instauração de mecanismos de controle social os mais amplos possíveis sobre ele; destacar, por fim, os mecanismos de legitimação das formas radicais de luta dos trabalhadores, dos mecanismos de democracia direta e auto-organização.

3. Recomposição da esquerda:

- Frente ao amplo processo de recomposição política da esquerda revolucionária latino-americana, o PT tem um papel fundamental a desempenhar

O PT tem também que estabelecer uma política de aliança privilegiada com os principais polos desta recomposição política: FSLN, FMLN, Partido Mariateguista peruano etc.

- Ganha importância crescente, neste novo cenário, a solidariedade com a revolução centro-americana e a condição do PT ser interlocutor capaz de pesar no sentido de alterar o rumo que está seguindo a direção castrista, que está profundamente desorientada e se isolando cada vez mais (sua incompreensão da necessidade da democracia socialista torna a revolução cubana cada vez mais vulnerável frente ao imperialismo)

- Torna-se também decisivo a articulação de esforços com os movimentos de oposição anti-burocrática socialista de Europa do Leste.

O novo cenário e os velhos mitos

A idéia da existência de um "campo socialista", que funcionaria como uma retaguarda estratégica para os revolucionários latino-americanos foi posta abaixo com a crise dos países do Leste.

As tradições e concepções stalinistas marcaram mesmo aquelas correntes revolucionárias que romperam com os PCs, ao longo das últimas décadas, através da mediação do guevarismo, do castrismo, do maoísmo ou do retorno ao que se considerava o leninismo.

Esta ruptura em geral se deu em torno das questões da estratégia para a revolução em cada país, mas muitas vezes não conduziu a alterações mais substanciais nem de aspectos da visão stalinista do partido (confundindo o leninismo com partido único, monolitismo, verticalismo), nem na visão mais geral do processo global da revolução mundial e da transição ao socialismo.

"Países socialistas" ou "comunistas", compondo um "campo socialista", integrado também pelos movimentos anti-imperialista e de libertação nacional, para os quais este "campo" funcionaria como retaguarda estratégica. A noção do "socialismo real", incorporando elementos de crítica a burocracia, mas ainda procurando justificá-la, da mesma forma que os "caminhos nacionais ao socialismo", percorrido por um heterogêneo leque de forças sociais e políticas (de partidos socialistas às correntes burguesas e pequenas burguesas conservadoras da África). Eis alguns elementos de uma visão de mundo ainda estruturada por muitas categorias stalinistas ou burocráticas.

Mas, em outro pólo, surgiam também no seio da esquerda idéias igualmente incorretas, de inspiração socialdemocrata ou burguesa, que caracterizavam sociedades como a URSS, a China e o Leste Europeu como "totali-



O histórico discurso de Lula na convenção nacional de 27 de setembro de 1981: um socialismo distinto da proposta socialdemocrata ou estalinista

tárias", completamente artificiais e sem dinamismo, criticavam o "estatismo" e misturavam noções aplicadas tanto a estas sociedades, como às capitalistas, chegando a formulações reformistas sobre o "socialismo" de mercado, num marco ainda capitalista.

Bases objetivas

Estas concepções, de inspiração stalinista ou socialdemocrata, sempre estiveram ativamente presentes no PT, reproduzindo-se, condicionando a elaboração de orientações partidárias, mesclando-se e disputando espaço com concepções socialistas, revolucionárias e anti-burocráticas. Mas quando Gorbatchev afirma que o "campo socialista" não existe mais, admite a restauração do capitalismo em países da Europa Oriental, estabelece novos e mais amplos pactos de "coexistência pacífica" com o imperialismo americano

(reunião de Malta), busca eliminar os "focos de tensão internacional", elimina a ajuda a movimentos de libertação nacional como a FMLN ou pressiona governos como os da Nicarágua ou de Cuba, as bases objetivas para uma concepção internacional "campista" deixam de existir.

Nenhuma orientação estratégica coerente poderá substituir com base nestas formulações no novo cenário internacional, onde os governos que seriam os pilares do suposto "campo socialista" estão sendo varridos por um ascenso de lutas democráticas e populares. Isso que, em princípio, constitui-se num fenômeno histórico essencialmente progressista comporta um risco: abre espaço para o fortalecimento potencial das posições socialdemocratas. O acento na disputa política tem agora que ser colocado na crítica destas concepções.

As antinomias da socialdemocracia



Publicamos a seguir a transcrição de uma conferência pronunciada pelo renomado teórico marxista Perry Anderson em março de 1986 na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Autônoma de Madri.

Perry Anderson é um dos editores da revista inglesa *New Left Review* e tem já vários livros publicados no país. Entre eles, *Antinomias de Antonio Gramsci*, *A crise da crise do marxismo*, *Considerações sobre o marxismo ocidental*, *Linhagens do Estado absolutista*.

A conferência tem um valor especial por expor os mitos da socialdemocracia à luz de sua trajetória na história.

O fracasso da socialdemocracia na conquista do objetivo da construção do socialismo não pode ser compreendido somente pela própria dinâmica da sociedade capitalista em geral, pelas leis que regem o modo de produção. Ele é fruto também dos próprios erros teóricos da socialdemocracia clássica.

Estes erros podem ser resumidos em três. O primeiro, a crença ilusória na possibilidade de construir o socialismo sem utilizar para isso como ferramenta fundamental a via da mobilização das massas, “pela base”. Os partidos da II Internacional consideraram a possibilidade de uma revolução “por cima”, utilizando para isso o Parlamento e as

A socialdemocracia supunha que o Estado era como um “burro obediente”, capaz de realizar distintas políticas de classe.

instituições do Estado burguês, como se esta fosse uma máquina neutra, passível de ser utilizada a serviço de interesse de classes antagônicas.

O segundo erro foi sua estreita concepção das leis que regem o movimento da economia capitalista, que os levavam a considerar que a eficiência no funcionamento do sistema, a igualdade econômica e a maior prosperidade geral poderiam ser combinadas.

Não é um acidente que esta perspectiva idílica não se haja concretizado nunca, já que desconhece a dinâmica da acumulação de capital em uma eco-



nomia de mercado em seu conjunto.

A vitalidade e a prosperidade de uma ordem baseada na livre empresa depende do nível de investimento privado que mantém. Qualquer intromissão séria nas prerrogativas do capital em um setor, repercute inevitavelmente através do conjunto do sistema, desencadeando um mecanismo de reação em cadeia em todos os demais setores. Uma crise de confiança cujos traços invariáveis são o entesouramento, a fuga de capitais e o desinvestimento.

Reação em cadeia

Setores da propriedade privada dos meios de produção não podem ser separados pacificamente em unidades desmontáveis. Medidas genuinamente socialistas — quer dizer, tomadas em uma escala que transbordem os limites puramente formais, afetando a indústrias inteiras e não somente algumas empresas; a setores rentáveis, ao invés de deficitários; a produtores de bens fi-

nais ao invés de produtores de insumos; com confisco e sem indenizações — medidas com estas características seriam necessariamente o sinal para uma guerra entre as classes, na qual o capital vai atuar com todas as armas econômicas que possui, já que a economia global continuará sendo por definição capitalista.

As conseqüências do desinvestimento como represália da burguesia serão necessariamente um aumento do desemprego, uma depreciação da moeda, uma queda no nível de vida, uma ampla carestia... em outras palavras, exatamente o contrário da perspectiva socialdemocrata. Não há maneira de evitar uma crise deste tipo em um país capitalista avançado.

Se se quer começar a sério uma transição para o socialismo, não é possível substituir um sistema altamente integrado e completo por outro, sem uma desestruturação drástica dos seus mecanismos normais de reprodução social. Não existe nenhuma saída “bran-

da” da lógica implacável de uma mudança tão básica como aquela que vá da propriedade privada à propriedade coletiva dos meios de produção. O sonho de uma socialização sem custos sociais somente serve para retirar — não a burguesia de seu capital — senão a socialdemocracia de seus ministérios.

Levada até este ponto, a via parlamentar se fecha: as taxas de lucro desmoronam, os circuitos do capital paralizam-se e o apoio eleitoral da socialdemocracia se contrai, ao invés de ampliar-se, em condições cada vez piores para todos.

“Burro obediente”

A terceira realidade que ignorava a socialdemocracia clássica era a integridade do próprio Estado capitalista. Concebia-se o Parlamento como uma sala de controle legislativo que manda-

A partir dos anos 20, nenhum partido socialdemocrata da Europa do Norte demonstrou o menor interesse real em abolir a propriedade privada dos meios de produção.

va sobre todos os aparatos executivos da administração. Assim, a socialdemocracia supunha que o Estado era um instrumento neutro, capaz de realizar distintas políticas de classes. Um “burro obediente”, de acordo com a famosa fórmula da socialdemocracia alemã.

Neste terreno, a ilusão era dupla. De um lado, aceitavam-se e exaltavam-se os aparatos representativos do Estado capitalista (municípios, assembleias eleitas...) como encarnações de uma democracia das classes. Deste modo, ficava suprimida a consideração da desarticulação estrutural destas instituições com respeito à luta de classes (deputados não revogáveis, distritos eleitorais puramente territoriais, eleições a cada cinco anos ou ainda mais espaçadas...). Por sua vez, os aparatos repressivos e reguladores do Estado capitalista (Forças Armadas, polícia, burocracia...) eram excluídos também do campo de visão política da socialdemocracia e eram considerados como meros servidores da vontade popular. Mas a realidade é que o centro de gravidade dos Estados burgueses se situa sempre nestes aparatos, mais que nas instituições representativas que abrem as portas a eles. E estes aparatos, nem sequer estão submetidos à alternância formal das maiorias eleitorais e seus quadros organizadores são recrutados massiva e de forma permanente nas classes dominantes.



Se a força do capital frente a um verdadeiro programa de socialização da economia se localiza, no sentido negativo, na Bolsa, nos mercados financeiros etc, sua força no sentido positivo se localizou sempre no núcleo coercitivo do Estado, as forças militares e paramilitares da ordem burguesa. Em qualquer enfrentamento social decisivo, estes aparatos repressivos, necessária e invariavelmente, deslocarão os aparatos representativos do posto de vanguarda como guardiães fundamentais da propriedade privada e da sociedade civil burguesa.

de resistir a estes ataques, a socialdemocracia descobriu o realismo. Deixou de acreditar na possibilidade de uma transição parlamentar ao socialismo. E ao invés de abandonar a via parlamentar, abandonou o socialismo.

A partir dos anos vinte, nenhum partido socialdemocrata da Europa do Norte demonstrou nem o mais mínimo interesse real em abolir a propriedade privada dos meios de produção, nem defendeu programas que sequer se aproximavam deste objetivo.

Unidade Popular

A distância entre as principais organizações da II Internacional e qualquer perspectiva deste tipo foram demonstradas cinquenta anos mais tarde quando um partido socialista tratou pela primeira vez de realizar algo parecido ao objetivo inicial. É significativo que o PS chileno houvesse recusado entrar na II Internacional porque não a via como uma força anticapitalista. Hoje todos sabem o resultado da experiência dos socialistas chilenos: o governo Allende procurou realmente inaugurar uma transição legal e gradual ao socialismo. E o que ocorreu?

Exatamente as três realidades básicas que a socialdemocracia clássica havia ignorado precipitaram a experiência da Unidade Popular chilena no desastre. Em primeiro lugar, as massas chilenas não se submetem à via par-

A socialdemocracia no pós-guerra

De Marx a Keynes

A teoria keynesiana permitiu à socialdemocracia apaziguar suas contradições no longo período da expansão do capitalismo. Com a eclosão da crise, porém, a socialdemocracia naufragou na Europa do Norte.

Somente depois da segunda guerra mundial, a socialdemocracia descobriu um horizonte novo: a teoria econômica keynesiana emergiu para dar uma solução a seu impasse. A manipulação anticíclica da demanda poderia restaurar a taxa de lucro do capital e, ao mesmo tempo, elevar o nível de vida real das massas, por meio de uma expansão do consumo interno, através dos gastos de um Estado aparentemente neutro.

A partir de então, o bem-estar substituiu a socialização como princípio real da política socialdemocrata. Tratava-se de pôr em prática um complemento ao mercado, não se substituí-lo. Durante os 25 anos de expansão capitalista inédita, governos socialdemocratas, que agora podemos considerar "típicos", administraram o pleno emprego e serviços sociais muito avançados em seus países.

A nacionalização foi relegada a indústrias deficitárias cuja função era fornecer insumos baratos para a acumulação privada. De outro lado, o mo-

de deu na Alemanha nazista, com os aplausos do próprio Keynes na edição alemã de sua obra principal.

Mas o que sim realizou a socialdemocracia nestes anos foi a construção do Estado do bem-estar, incorporando avanços materiais reais para as classes trabalhadoras nas áreas da saúde, habitação, educação, pensões etc., que até agora não têm equivalentes nos países capitalistas avançados sem a presença de partidos socialdemocratas nos governos.

De outro lado, a socialdemocracia, inclusive quando mais tratou de transformar-se em um partido populista, conservou um sentimento de identidade de classe, que sobreviveu e sobrevive a todos os abandonos de seus ideais socialistas. Neste sentido, é significativa a situação dos EUA onde na ausência de uma socialdemocracia a nível nacional, faltou ao proletariado americano qualquer sentimento de constituir uma classe separada comparável à situação europeia.

Mas, mais além destas duas realida-

A crise do capitalismo keynesiano dos anos 70 detonou fatalmente uma crise da socialdemocracia da Europa do Norte. Hoje, elas oscilam entre o monetarismo e restos de seu passado keynesiano.

dade de mais êxito da experiência socialdemocrata, a Suécia, prescindiu quase por completo das nacionalizações.

O capitalismo foi, ao mesmo tempo, suavizado e fortalecido por estes administradores, cujas realizações devem ser enfocadas sem ilusões, nem desprezo.

A presença de governos socialdemocratas na direção do Estado não foi o fator fundamental da melhora relativa das condições de vida das massas nos países capitalistas avançados nestes anos. Houve transformações muito maiores nos níveis de vida dos exploradores no Japão e na Espanha, sob governos conservadores ou fascistas, que na Noruega ou Inglaterra sob governos trabalhistas.

O decisivo foi a taxa de crescimento global do capitalismo nacional em questão. E, no final das contas, o keynesianismo não foi uma criação da socialdemocracia, mas do liberalismo burguês e poderia ser utilizado por qualquer regime capitalista da época. A primeira grande experiência prática

des básicas, o balanço da atuação da socialdemocracia da Europa do Norte tem sido o de uma mediocridade e conformismo generalizados.

Há oitenta anos, os partidos socialdemocratas da Europa do Norte surgiram para transformar a sociedade capitalista em uma sociedade socialista. Hoje é evidente que estes partidos não efetuaram nenhuma mudança qualitativa na sociedade; pelo contrário, é a sociedade burguesa quem impôs mudanças qualitativas nestes partidos, neutralizando-os e absorvendo-os como meros amortecedores da ordem.

Monetarismo

A crise do capitalismo keynesiano dos anos 70 detonou fatalmente uma crise da socialdemocracia da Europa do Norte. Fazia tempo que já haviam sido abandonadas as políticas de nacionalização; agora a inflação e a recessão se instalavam, aumentava de novo o desemprego e ganhavam impulso teorias econômicas monetaristas. As políticas de bem-estar teriam que ser aban-

donadas. O declinar da socialdemocracia britânica e alemã nos anos 70, suas saídas sumárias do governo depois de experiências governamentais desmoralizadas, foi o ciclo mais claro de um crescente atoleiro regional.

Hoje as direções majoritárias da socialdemocracia do norte não possuem receitas próprias para a crise do capitalismo avançado. Oscilam entre o monetarismo e restos de seu passado keynesiano.

Os partidos clássicos da Internacional Socialista se encontram hoje em sua maior parte desorientados política e ideologicamente. Haverá sem dúvida recuperações eleitorais, mas não há todavia sinais de que as direções socialdemocratas tradicionais possam encontrar facilmente uma bússola para o futuro, comparável com a glória perdida.

Entretanto, a socialdemocracia como fenômeno internacional não está de modo algum em retrocesso. Pelo contrário, está conquistando novos terrenos e ganhando novas simpatias em outras partes do mundo. Quais são as razões para isto?

As antinomias Norte/Sul

Como temos visto, a socialdemocracia clássica foi essencialmente uma criação da Europa do Norte. As sociedades onde floresceu eram as mais avançadas economicamente e as mais prósperas do continente. Inglaterra, Bélgica e Alemanha eram os grandes êxitos da industrialização europeia do século XIX. Escandinávia e Holanda eram sua periferia privilegiada.

Nestes países, a classe operária industrial era a mais forte, a mais numerosa que em qualquer outro país (como ocorria na Inglaterra ou Alemanha), ou gozava de alianças sociais favoráveis com uma população rural de pequenos camponeses independentes (caso da Escandinávia), dentro de uma ordem política onde o liberalismo constitucional e o sufrágio universal chegaram relativamente cedo.

Na Europa do Sul, a industrialização começou em geral mais tarde e mais devagar, em um ambiente muito menos propício ao movimento operário. Um capitalismo urbano mais atrasado se desenvolveu junto a uma retaguarda rural de campesinato e clero mais conservadora. O que resultou foi uma correlação de forças completamente distinta.

Por um lado, a classe operária gerava tradições políticas mais revolucionárias do que no Norte reformista; por outro lado, o peso do bloco dominante com seu componente ultramontano e reacionário era proporcionalmente maior.

E assim enquanto que nos países do Norte ocorreram períodos extensos de



A via parlamentar: portas fechadas à transição socialista

governos socialdemocratas durante o longo auge de 47 a 72, dentro de um marco de alternância regular de partidos no governo, os países do Sul não viveram nenhuma experiência parecida.

Abandono das Tradições

A Espanha foi governada pela ditadura franquista até 1975; Portugal pelo regime salazarista até 1974; a Grécia sofreu sob um regime militar até 1974; a Itália era governada por coalizões democrata-cristãs ininterruptas; a França foi submetida ao domínio incontestável do regime de De Gaulle e seus aliados durante mais de vinte anos. Em todos esses países foram partidos comunistas e não socialdemocratas que organizaram e representaram a maior parte da classe operária nessa época.

Dos anos 50 em diante, os países da Europa do Sul conheceram um desenvolvimento generalizado e muito rápido, que transformou tanto os níveis de vida como as expectativas das massas populares. No começo dos anos 70 era óbvio que mudanças políticas importantes teriam que ocorrer para se acomodarem às novas realidades sociais criadas.

experiência socialdemocrata.

O eurocomunismo representou objetivamente uma antecipação desta nova conjuntura e um esforço desesperado para adaptar-se a ela. Mas faltamente o eurocomunismo foi desbordado, pois ainda que o seu discurso ideológico se aproximasse a temas socialdemocráticos clássicos, suas formas organizativas continuaram sendo as de um movimento economicista burocratizado e seus laços internacionais, embora mais amplos ou ambíguos do que no passado, ligavam-nos às sociedades do Leste europeu.

O resultado disso foi que o eurocomunismo em seu conjunto simplesmente preparou o caminho para a ascensão do "eurosocialismo", isto é, para o crescimento súbito dos partidos da II Internacional, de posições bastante marginais ou modestas a posições centrais no cenário político, às custas dos próprios PCs.

Este foi o caso típico da Espanha, onde o PSOE, apesar de sua mínima contribuição à resistência ao regime franquista, eclipsou rapidamente no terreno eleitoral ao PCE. Também na França, onde o PS ressuscitado logo submergiu ao PCF. E ainda mais recentemente na Itália, onde o PSI está ganhando rapidamente terreno institucional, embora em um grau muito mais limitado, enquanto o PCI se estanca ou retrocede.

A razão é óbvia. Se as massas têm que escolher entre dois partidos, cada um deles proclamando uma política basicamente socialdemocrata, provavelmente vão optar pela versão mais coerente, isto é, aquela baseada em um modelo de organização socialdemocrata e que extraiu mais claramente as lições da experiência histórica da socialdemocracia.

Assim, a correspondência que podemos estabelecer entre as posições dos partidos eurocomunistas da Europa do Sul com aquelas dos partidos socialdemocratas da Europa do Norte antes de 1914, pode-se estabelecer também entre a postura atual dos Partidos Socialistas do Sul com a de seus irmãos do Norte.

Por suposição, isto se aplica desde o princípio ao PS italiano de Bettino Craxi, que tem uma formação ingenuamente pró-capitalista, que tece louvores às vantagens do mercado ou ao PS português de Mario Soares. Mas também se aplica cada vez mais ao PSOE, porta-voz da integração espanhola na OTAN e ao PS francês, administrador da política de armamentos e austeridade sob Mitterrand.

O "euro-socialismo"

Era provável por isso que estes países entrariam mais cedo ou mais tarde em um ciclo político semelhante, lançando-se por sua vez em sua própria

Na Europa no norte os partidos da II Internacional se limitaram a realizar reformas sociais, ou seja, continuaram a política clássica do Liberalismo.

Entretanto, sua vitória sobre o feudalismo significou somente a transformação de uma forma de propriedade em outra. Não era por isso viável que a vitória do socialismo sobre o capitalismo — que supõe uma mudança histórica muito mais profunda, ou seja, a substituição da propriedade privada pela propriedade coletiva dos meios de produção — pudesse ser alcançada com menos convulsões políticas e sociais.

Mas qual foi a atuação efetiva da socialdemocracia clássica à luz de suas concepções teóricas? Na prática, a socialdemocracia logo tomou consciência das realidades que ignorava a sua doutrina formal. A hora da verdade variou de um país a outro, mas em geral se concretizou quase sempre ante uma irrupção na cena das massas que a obrigou a definir sua atitude frente ao capitalismo de um modo mais realista.

A revolução de novembro de 1918 na Alemanha ou a greve geral inglesa de 1926 foram exemplos destes momentos-chave. Enfrentada com ataques populares diretos, pela base, contra a velha ordem que ameaçavam levar a uma colisão frontal, e, ao mesmo tempo, comprovando a capacidade burguesa

lamentar: suas pressões desbarataram os planos da Unidade Popular. Em segundo lugar, a burguesia local sabotava a produção e o investimento e seus aliados internacionais torpedearam o comércio, o crédito, desencadeando a penúria e a inflação. Finalmente, o Exército chileno destruiu o Parlamento, esmagou a Unidade Popular e as próprias massas com sua força contrarrevolucionária.

Nunca ocorreu nada parecido a esta sequência de acontecimentos na Europa do Norte. Nesta os partidos da II Internacional renegaram de antemão esta linha; sua prática governamental foi muito diferente.

No período entre as duas guerras mundiais, limitaram-se a realizar reformas sociais menores e tentativas ineficazes; fortaleceram a ortodoxia financeira neo-clássica... e, em poucas palavras, continuaram a política clássica do liberalismo. Durante a recessão, aplicou-se na Suécia uma política algo menos convencional para manter o emprego, mas sem criar o menor setor público. Nem uma empresa civil privada foi nacionalizada por nenhum governo socialdemocrata antes de 1939 na Europa do Norte.



A social-democracia na Europa do Sul

Chegada tardiamente aos governos, frente a tradições populares mais combativas e burguesias mais truculentas do que no Norte europeu, a socialdemocracia se vê diante de perspectivas transformadoras profundamente limitadas.

A Europa do Sul está experimentando agora seu próprio ciclo atrasado de governos reformistas por partidos operários.

Mas nenhuma experiência histórica é jamais exatamente uma cópia da outra e podemos estar certos de que um ciclo socialdemocrata na Europa do Sul, isto é, em uma região com um passado e um conjunto de tradições muito diferentes daquelas do Norte, não será idêntico a de seus predecessores.

Porém, fica completamente incerto se o ciclo do Sul, cronologicamente mais tardio, se mostrará politicamente mais ou menos avançado. Seria prematuro fazer qualquer previsão confiável a este respeito. O que podemos fazer é assinalar alguns contrastes-chave entre as duas regiões, a partir da análise das experiências do Sul, em andamento.

Formas rudimentares

O primeiro destes contrastes encontra-se na natureza das burguesias locais. Nos países da Europa do Sul, o Capital se acostumou durante um longo período a dominar por meios repressivos e monopolísticos: o fascismo, a ditadura militar ou a prepotência "de fato" de um só partido têm sido seus instrumentos característicos de poder político.

Por conseguinte, sua sensibilidade e seus instintos são muito mais agressiva-

A força efetiva da classe operária organizada na Europa do Sul não pode ser comparada hoje com as dos grandes movimentos de trabalhadores da Europa do Norte em seu apogeu.

mente reacionários, sem mediações nem disfarces. Em geral, nos países da Europa do Sul, mesmo depois da democratização dos anos 70, é normal que as organizações de direita conservem aspectos fascistas e que exista uma maior pressão do aparato militar.

Por outro lado, em função precisamente de seu longo apego a formas relativamente rudimentares de coação ou clientelismo, esta direita é comparativamente ineficiente no terreno da disputa eleitoral normal e à produção hegemônica do consenso. Não possui a

inteligência e a sofisticação de classe das burguesias mais antigas do Norte, exemplos típicos de virtuosismo na arte de domesticar, neutralizar e cooptar a oposição popular.

Tradições populares

Uma segunda diferença entre as duas regiões acha-se no caráter da esquerda em cada uma delas. Apesar de todo o conformismo atual dos partidos euro-socialistas, e das tentativas de imitá-los por parte dos países eurocomunistas, permanece o fato histórico de que as tradições populares de lutas de classe e nacionais no Sul têm arrastado em suas revoltas muito mais militantes, têm sido muito mais radicais do que no Norte.

Apesar de tudo, foram estes países que conheceram resistências armadas de massas contra o nazismo na França, na Itália, na Grécia, dirigidas em cada caso pelo PC local. Conheceram também as lutas heróicas das guerras civis na Espanha e na Grécia, as revoltas de maio de 68 na França, a tempestade da revolução de abril em Portugal. Nada comparável a esta cadeia de acontecimentos vive na memória dos operários da Inglaterra, Alemanha ou Escandinávia.

Existe assim no Sul uma tradição política e ideológica, ainda relativamente fresca de verdadeiros enfrentamentos de classe com a ordem burguesa nas ruas e nas montanhas. Isto dá potencialmente uma tonalidade muito mais aguda aos conflitos entre o trabalho e o capital nesta região.

Por outro lado, como uma compensação simétrica desta herança mais ardente, há que se considerar o fato inegável de que a auto-organização fundamental das classes trabalhadoras é estruturalmente muito mais débil no Sul do que no Norte.

Os novos partidos socialistas são essencialmente aparatos eleitorais sem nenhuma prática real de militância, esmagadoramente dominados em seus níveis parlamentares por advogados, professores, economistas, técnicos... em resumo, por uma camada de profissionais em ascensão social, sem raízes profundas na vida operária — e o que é mais importante — operando em condições de impressionante debilidade dos movimentos sindicais com relação à situação do Norte.



Mesmo na França ou na Itália, a taxa de sindicalização é muito mais baixa que na Inglaterra ou na Holanda, para não falar da Suécia e da Áustria. A força efetiva da classe operária organizada na Europa do Sul não pode ser comparada hoje com a dos grandes movimentos de trabalhadores da Europa do Norte em seu apogeu.

As experiências da socialdemocracia do norte se desenvolveram em condições constitucionais estáveis, em países nos quais a democracia burguesa era fruto de uma longa evolução do capitalismo. A socialdemocracia, dentro do marco das relações capitalistas de produção, herdou instituições liberais e utilizou-as tranquilamente para fins sociais e econômicos de bem-estar moderado.

No Sul europeu, pelo contrário, o novo ciclo socialdemocrata encontrou estruturas de Estado distantes de uma democratização plena, segundo os critérios ortodoxos: legislação semi-repressiva, procedimentos discriminatórios, normas jurídicas autoritárias, um aparato burocrático político-militar não depurado de um modo evidente...

Reservas táticas

Existe pois o que poderíamos chamar uma reserva de reivindicações que dá uma certa vantagem tática, pelo menos a curto prazo, aos governos da nova socialdemocracia, que pode capitalizar agora a realização de reformas cívicas no terreno das liberdades sindicais, familiares, legais, culturais... que, no Norte, existem há muito tempo e foram consideradas pela população como parte integral da ordem capitalista vigente.

Isto é, a socialdemocracia na Europa do Sul obteve algumas possibilidades



PS francês: aparatos eleitorais fortes e sindicatos fracos

imediatadas pelo espaço objetivo criado pelas carências das direções burguesas democráticas de seus países.

Posições débeis

Mas, por outro lado, e esta será a última antítonia que expomos, esta socialdemocracia está também se comprometendo em tarefas de governo em uma época de profunda crise econômica mundial, na qual o espaço objetivo para verdadeiras reformas de bem-estar de tipo clássico virtualmente desapareceram.

Neste aspecto, o contraste entre os anos 80 e os anos 40, 50 e 60 é total. Além disso, estes são países cujas posições no mercado mundial são muito mais débeis que as que gozavam em seus dias dourados a Alemanha ou a Suécia.

Portanto, as perspectivas de êxito na construção de estados de bem-estar são muito menores nestes países, mais ainda levando em conta que a recessão da economia capitalista internacional se prolonga e se agudiza.

E considerando a primazia inevitável das determinações econômicas em qualquer experiência reformista, é difícil se imaginar que a trajetória socialdemocrata vá acabar melhor, isto é, mais próxima a uma verdadeira transição mais além do capitalismo, na Europa do Sul do que ocorreu na Europa do Norte.

O desafio da raiz

O presidente do PT gaúcho aborda o tema da crise orgânica do PT em seu décimo ano de vertiginoso crescimento.



Raul Pont

— O PT chega ao décimo ano de vida sem ter conseguido criar um padrão de funcionamento e de organização. Isto não contrasta com o vertiginoso crescimento de sua influência eleitoral e nos movimentos sociais?

Raul — Se pensamos em um partido idealizado, que cresce como uma consequência lógica de seu poderio organizativo, isto seria impensável. No caso do PT, porém, isto é perfeitamente explicável.

Penso que há até uma certa relação direta entre o nosso crescimento acelerado e a crise de organização que hoje enfrentamos. Principalmente nos últimos anos — que foi exatamente o período de maior desgaste da “Nova República”, do PMDB —, temos sido continuamente tensionados por disputas eleitorais. Daí que os problemas organizativos que tínhamos acumulado se tornaram gigantescos ao vermos ampliadas de forma qualitativa a dimensão das tarefas e da base social que influenciavam.

O V e o VI Encontros Nacionais do partido conquistaram avanços históricos no programa partidário. No V Encontro, inclusive, superamos a artifi-



organizativa irá se tornando cada vez mais um limite físico ao crescimento partidário. E mais: gerará contradições que colocam em risco a própria natureza do partido e os nossos objetivos socialistas.

— Como assim?

Raul — A partir das grandes vitórias que alcançamos nas eleições municipais de 1988, alteramos a qualidade da nossa relação com a institucionalidade. Hoje, temos a direção de parcelas significativas do Estado burguês, com todas as contradições e desafios que daí decorrem. É provável que nas eleições deste ano, conquistemos governos esta-

dária desta vanguarda cria limites na sua prática, reforça a dificuldade de integrar suas lutas na vida política do país, reforça, enfim, os traços economicistas dos movimentos.

Sem um reforço considerável do partido, ele não conseguirá dirigir integralmente a atuação de seus militantes na institucionalidade e nos movimentos sociais. Pelo contrário, no limite ele ficará paralisado e impotente entre as pressões opostas — de integração e radicalização — que vêm destes campos de atuação.

— Como na sua visão poderíamos começar a romper este círculo vicioso?

Raul — Não há nenhuma fórmula mágica. E nem vale muito copiar outros modelos organizativos. A sociedade brasileira tem traços muito originais e, principalmente, o PT tem hoje contradições e desafios muito próprios.

Penso que precisamos, ao contrário, definir princípios de organização parti-

criar e fortalecer uma estrutura nacional de formação do partido, a partir das experiências já existentes nos estados, da contribuição dos diversos institutos que hoje já atuam nesta área.

É inaceitável, por sua vez, que este partido que quase elegeu o presidente da República não seja capaz de construir um jornal partidário de massas.

Devemos atualizar nossa compreensão a respeito da importância dos meios de comunicação social na luta pela hegemonia política em nosso país. Nosso partido está extremamente despreparado neste campo. De um lado, é preciso compreender o sentido estratégico da luta pela democratização da informação, desde a sua produção até a veiculação. De outro, temos de ter a concepção de ir formando uma rede de comunicação alternativa que integre os vários meios de comunicação (jornais, vídeos, rádios) às inúmeras possibilidades criadas pelo nosso movimento.

— Até que ponto estes objetivos são compatíveis com as tarefas muito numerosas que estão colocadas para o partido neste ano?

Raul — Não podemos continuar estabelecendo um muro entre as nossas tarefas políticas e organizativas. É preciso compreender que um investimento na construção partidária multiplica a nossa capacidade de enfrentar as tarefas colocadas. O quanto, por exemplo, teria sido válido um jornal do PT na campanha presidencial do ano passado?

Creio, pelo contrário, que é decisivo pôr o acento nas tarefas de construção do partido no próximo período. Não temos mais agora as amarras da Lei Orgânica do Partido. Podemos e devemos neste VII Encontro Nacional recolocar as próprias bases da organização partidária, da democracia interna.

É um desafio de raiz. Hoje calcula-se que, em média, apenas 10% dos filiados do partido militam regularmente. Desta parcela, apenas uma pequena



Entrando no seu terceiro ano consecutivo de esforço eleitoral, o PT vê crescer perigosamente a distância entre o seu peso na institucionalidade e a debilidade de suas estruturas orgânicas.

cial e mal colocada polêmica que opunha “partido de quadros” a “partido de massas”. Criamos uma compreensão majoritária no partido que se o PT quer ser realmente um partido de massas — e não um partido de tipo parlamentar ou populista — ele tem que ir construindo uma poderosa rede de quadros de direção e lideranças intermediárias, além de organizar dezenas e até centenas de milhares de trabalhadores em suas estruturas de base.

Mas o fato é que nestes anos os progressos na organização nacional do partido foram muito pequenos. Faltou um plano organizativo e principalmente uma vontade concentrada da direção partidária neste sentido, que fizesse frente às forças centrífugas desencadeadas pela participação eleitoral do partido.

Agora, tenho certeza que esta crise

duais, e uma bancada de dezenas de deputados federais e provavelmente de mais de uma centena de deputados estaduais. O peso da institucionalidade estatal, com todo o seu poderio de desorganização, se fará sentir cada vez com mais força.

Isto seria bem menos preocupante se tivéssemos conseguido criar nestes últimos anos uma forma de integrar organicamente no partido a vanguarda classista que vem se expandindo rapidamente tanto no campo como na cidade. O partido sentiria com muito mais força a radicalização das ocupações de terra no campo e na cidade, dos movimentos grevistas. Esta vanguarda certamente se referenciará em sua esmagadora maioria no PT, vota no PT, mas não participa com mais intensidade da vida partidária. Por outro lado, a ausência de uma maior integração parti-



É inacreditável que um partido que quase elegeu um presidente da República não seja capaz de editar um poderoso jornal de massas.

dários sólidos, estabelecer metas e trabalhar cotidianamente para cumpri-las. Precisamos acumular vitórias no campo organizativo que vão permitir objetivos cada vez mais elevados.

Em primeiro lugar, trabalho de organização não se faz com espontaneidade. É preciso reforçar as instâncias de direção do partido, adotando de vez o princípio da proporcionalidade na escolha da direção executiva nacional, dando um papel muito mais ativo ao Diretório Nacional.

Temos hoje todas as condições de

parcela está organizada em instâncias partidárias permanentes.

Compreendendo bem a natureza de massas do partido que estamos construindo, devemos prever realisticamente a construção de núcleos, ou algum tipo de organização de base para os petistas seja em seu local de trabalho ou de moradia. Além disso, é preciso criar padrões mais democráticos de realização das convenções partidárias, que em muitos diretórios continuam sendo um mero jogo despolitizado de caça aos filiados.



Compreender porque desmoronam como castelos de areia regimes que pareciam imobilizados, inquebrantáveis. Compreender porque uma ideologia e um programa político portador de esperança, de liberdade, de democracia, de igualdade, deram lugar a desigualdades, privilégios, corrupção, despotismos, sufocamento de toda a iniciativa e criatividade.

Braço direito de Lenin em 1917 e durante a guerra civil, Leon Trotski iria dirigir, nos anos seguintes, a corrente dos comunistas irredutivelmente anti-stalinistas, os mais fiéis do ideal da Revolução. Dezenas de milhares desses homens e dessas mulheres — por essa militância — pagaram com a vida nos campos de Vorkuta e outros. A exemplo do próprio Trotski, assassinado em 1940, por ordem de Stalin.

Contribuição insubstituível ao marxismo, a análise de burocracia e do stalinismo por Trotski, passados 50 anos, impressiona por seu rigor, sua justeza, pela força de previsão. Por este motivo, ela é essencial para a compreensão das atuais revoltas do Leste e para a resposta que deve oferecer todos aqueles para os quais o socialismo continua sendo esperança da humanidade.

A atualidade da

A importância decisiva para os socialistas de que há cinquenta anos atrás uma corrente do marxismo tenha formulado os fundamentos da compreensão e da crítica ao processo de burocratização da URSS.

O ponto de partida da análise de Leon Trotski é a contradição flagrante entre o projeto de Marx e Lênin — um novo aparelho de Estado “começando a definhir a partir de sua constituição” — e este que os burocratas chamariam mais tarde de “socialismo real”. “Qualquer que seja a interpretação que se dê quanto à natureza do Estado soviético, uma coisa é incontestável: cumpridos seus vinte primeiros anos, ele está longe de ter ‘definhado’; nem sequer começou a ‘definhir’; pior, ele tornou-se um aparelho de coerção sem precedente na história; a burocracia, longe de desaparecer, tornou-se uma força incontrolada dominando as massas; o exército, longe de ser substituído pelo povo em armas, formou uma casta de oficiais privilegiados no topo da qual apaeceram marechais, enquanto que o povo, ‘exercendo a ditadura em armas’ viu ser-lhe recusada até a posse de uma arma branca”.

(Ver *A Revolução Traída*.)

Burocracia

De saída, a análise da burocracia é assim colocada no centro da reflexão de Trotski. Observa inicialmente que a burocracia soviética “se assemelha a toda outra burocracia”. “Mas, encaixa em seguida, ela também se distingue das outras por traços de extrema importância. Sob nenhum outro regime a burocracia atingiu igual independência. Na sociedade burguesa, a burocracia representa os interesses da classe possuidora e instruída que dispõe de um grande número de meios de controle sobre suas administrações. A burocracia soviética elevou-se acima duma classe que mal saía da miséria e das trevas e não tinha tradições de ser direção e dominante. Neste sentido, não se pode negar que ela seja qualquer coisa mais do que uma simples burocracia. Ela é a única camada social

privilegiada e dominante, no pleno sentido dessas palavras, na sociedade soviética.

Uma outra particularidade não menos importante. A burocracia soviética praticamente expropriou politicamente o proletariado (...) Mas o próprio fato dela ter se apropriado do poder em um país onde os mais importantes meios de produção pertencem ao Estado, cria relações inteiramente novas entre ela e as riquezas da nação. Os meios de produção pertencem ao Estado. O Estado, de algum modo, ‘pertence’ à burocracia.”

Entretanto, para Trotski, a burocracia soviética não constitui uma “nova classe dominante” ou uma “classe capitalista de Estado”. Verdadeiro parasita social sobre o corpo da economia planificada, “ela é obrigada a defender a propriedade estatal (não capitalista), fonte de seu poder e das suas rendas”. Pior ainda: ao contrário de uma classe dominante, “ela esconde suas rendas. Ela finge não existir como grupamento social”.

Origem da burocracia

De onde vem a burocracia? Apoiando-se em Marx e em Lênin, Trotski demonstra que o perigo burocrático espregueja inevitavelmente toda revolução socialista vitoriosa, porque, no princípio, o Estado operário não pode ser “pura-

mente” operário. Ele continua parcialmente “burguês”. Com efeito,

“um Estado socialista, mesmo nos Estados Unidos, sobre as bases do capitalismo mais avançado, não poderia dar a cada um tudo o que ele necessita e, em consequência, seria obrigado a incitar todo o mundo a produzir o mais possível. A função de estimulador lhe cabe naturalmente nessas condições e não pode deixar de recorrer, alterando-os e atenuando-os, aos métodos de retribuição do trabalho elaborados pelo capitalismo (...)”.

Desse modo, “o Estado adquire imediatamente um duplo caráter: socialista, na medida em que defende a propriedade coletiva dos meios de produção; burguês, na medida em que a repartição dos bens se realiza segundo padrões capitalistas de valor (...)”.

A fisionomia definitiva de Estado operário deve definir-se através da modificação da relação entre as tendências burguesas e socialistas. A vitória destas últimas deve significar a supressão irrevogável do gendarme. Noutras palavras, a diluição do Estado na sociedade que se administra a si mesma.”

Sem fatalismo

Foi em outro sentido que as coisas evoluíram na URSS: o gendarme burocrático sufocou

a auto-administração da sociedade. É isto um resultado inevitável do comunismo? Não. A vitória da burocracia, sob a direção de Stálin, é o resultado concreto de um processo concreto no quadro de um país atrasado. Trotski analisa esse processo em detalhe:

“A desmobilização de um exército vermelho de cinco milhões de homens devia desempenhar um papel considerável na formação da burocracia. Os comandantes vitoriosos assumiram postos importantes nos sovietes locais, na produção, nas escolas. Introduziram em toda parte o regime que lhes permitiu ganhar a guerra civil. Em toda parte, pouco a pouco, as massas foram eliminadas da participação efetiva do poder.

Este fenômeno no seio do proletariado fez nascerem grandes esperanças e audácia da pequena burguesia das cidades e dos campos a qual, convocada pela NEP a uma vida nova, se encorajava cada vez mais. A jovem burocracia formada, no princípio, para servir o proletariado, sentiu-se um árbitro entre as classes. Tornou-se cada vez mais autônoma.”

A situação internacional atuava precisamente no mesmo sentido. A burocracia soviética ganhava em segurança, à medida que a classe operária



análise de Trotsky

internacional sofria pesadas derrotas. A relação entre estes dois fatos não é apenas cronológica, é causal e recíproca: as derrotas dos trabalhadores consolidam a burocracia.”

Obstáculo intolerável

Mas, para Trotsky, a vitória da burocracia sobre a sociedade civil só pode criar uma situação transitória e instável. Ele não nega que o regime tenha dado “um poderoso impulso à economia” (sempre denunciando seu custo social). Mas nega à burocracia qualquer missão histórica, qualquer papel progressista. Com efeito: “a fonte desse impulso está na nacionalização dos meios de produção e no princípio do planejamento. De forma alguma está na usurpação da gestão econômica pela burocracia. Pelo contrário, a burocracia, como sistema, tornou-se o pior dos freios para o desenvolvimento técnico e cultural do país.

O fato da economia soviética ter-se ocupado, durante décadas, na transferência da técnica e da organização da produção dos países capitalistas avançados mascarou a situação durante um certo tempo. O período das cópias e das imitações acomodou-se mais

ou menos bem com o automatismo burocrático que sufocava o espírito de iniciativa e de criação. Mas, quanto mais a economia se desenvolvia, mais complexas se tornaram suas exigências e mais o regime burocrático se revelou um obstáculo insuperável.

Dois hipóteses

Para sintetizar sua análise, Trotsky formula “duas hipóteses de futuro”. Diz de início: “Suponhamos a burocracia soviética alijada do poder por um partido revolucionário (...) Este partido começaria pelo restabelecimento da democracia nos sindicatos e nos sovietes. Poderia e deveria restabelecer a liberdade dos partidos soviéticos.

Com as massas, à frente das massas, procederia a uma limpeza implacável dos serviços estatais. Aboliria as graduações, as condecorações, os privilégios e, na retribuição do trabalho, só manteria a desigualdade necessária à economia e ao Estado.

Daria à juventude a possibilidade de pensar livremente, de aprender, de criticar, numa palavra, de se formar. Introduziria profundas modificações na distribuição da renda

nacional, em conformidade com a vontade das massas operárias e camponesas. Não teria que recorrer a medidas revolucionárias em matéria de propriedade (...) Depois da revolução política, depois da derrubada da burocracia, o proletariado teria que realizar importantes reformas na economia, mas não teria que fazer uma nova revolução social.

Se, pelo contrário, um partido burguês derrubasse a casta soviética dirigente, ele encontraria não poucos servidores entre os atuais burocratas — os técnicos, os diretores, os secretários do partido, os dirigentes em geral. Uma depuração dos serviços estatais se imporá também nesse caso; mas, ao que parece, a restauração burguesa teria menos gente a jogar fora do que no caso de um partido revolucionário.

O objetivo principal do novo poder seria o de restabelecer a propriedade privada dos meios de produção. Antes de tudo, deveria dar aos kolkhozes fracos a possibilidade de formar grandes fazendeiros e transformar os kolhozes ricos em cooperativas de produção de tipo burguês ou em sociedades por ações.

Na indústria, a desnacionalização começaria pelas empresas da indústria leve e de alimentos. Nos primeiros tempos, o plano se reduziria a compromissos entre o poder e as ‘corporations’, isto é, os capitães da indústria soviética, seus proprietários potenciais, os antigos proprietários emigrados e os capitalistas estrangeiros. Por mais que a burocracia soviética tenha feito pela restauração da burguesia, o novo regime seria obrigado a realizar, no terreno da propriedade e do modo de gestão, uma verdadeira revolução.”

Assinalemos, enfim — o que interessa para a compreensão da situação de certos países do Leste, hoje em dia —, que Trotsky não excluía a possibilidade de um desmoronamento do regime burocrático, que não coincidiria com um avanço da autogestão socialista. “A queda da ditadura burocrática sem sua substituição por um novo poder socialista, escreve, anunciaria desse modo o retorno ao sistema capitalista com uma queda catastrófica da economia e da cultura.” (Cf. *A Revolução Traída*).

Sobre as regiões ocupadas

“O critério essencial não é a transformação das relações de propriedade”

Trotsky foi assassinado por ordem de Stalin em 1940. Não chegou a analisar a situação particular da Europa Oriental. Mas pôde tratar das anexações territoriais feitas pela URSS, no princípio da guerra, em aplicação ao pacto Hitler-Stalin: Estados bálticos (Estônia, Letônia, Lituânia), Polônia, Ucrânia ocidental, etc. Seus escritos dessa época contêm preciosas indicações para a abordagem da repartição do mundo no após guerra. Reproduzimos, a seguir, trechos da obra “Em defesa do marxismo”:

“É provável que (...) nos territórios a serem incorporados à URSS, o governo de Moscou fará a expropriação dos grandes proprietários e a estatização dos meios de produção. Esta orientação é provável, não porque a burocracia permaneça fiel ao programa socialista, mas porque ela não quer nem pode partilhar o poder e os privilégios dele decorrentes com as antigas classes dirigentes nos territórios ocupados (...)

Medida revolucionária, por sua natureza, a “expropriação dos expropriadores” é efetuada, nesse caso, de modo burocrático-militar. Todo apelo a uma ação independente das massas — sem o que é impossível estabelecer um novo regime — será, sem dúvida, sufocado logo em seguida por implacáveis medidas policiais, para assegurar a preponderância da burocracia sobre as massas revolucionárias despertadas. Este é um aspecto da questão. Mas existe outro.

Para ter a possibilidade de ocupar a Polônia por meio de uma aliança militar com Hitler, há muito tempo, o Kremlin vem enganando e continua a enganar as massas na URSS e no mundo inteiro e, por isso mesmo, provocou a dissolução completa de sua própria Inter-

nacional Comunista. O critério essencial para nós não é a transformação das relações de propriedade nesta região ou outra, por mais importantes que possam ser em si mesmas, mas a mudança a operar na consciência e na organização do proletariado mundial, o aumento de sua capacidade de defender as conquistas anteriores e alcançar novas conquistas. Deste ponto de vista decisivo, a política de Moscou globalmente considerada, conserva inteiramente seu caráter reacionário e permanece como principal obstáculo no caminho da revolução mundial.

Contra a anexação

A estatização dos meios de produção, já o dissemos, constitui medida progressista. Mas seu caráter progressista é relativo: seu peso específico depende da soma de todos os outros fatores. Devemos, portanto, antes de tudo, admitir que a extensão dos territórios dominados pela autocracia burocrática e parasitária, sob a cobertura de medidas “socialistas”, pode aumentar o prestígio do Kremlin, engendrar ilusões sobre a possibilidade de substituir a revolução proletária por manobras burocráticas. Este mal supera de longe o conteúdo progressista das reformas stalinistas na Polônia. Para que a nacionalização da propriedade, nos territórios ocupados como na própria URSS, se torne uma base progressista, isto é, socialista, é preciso derrubar a burocracia de Moscou.

Não confiamos ao Kremlin nenhuma missão histórica. Sempre fomos e continuamos sendo contra a anexação de novos territórios pelo Kremlin. Somos pela independência da Ucrânia soviética e, se os Bielorrussos o quiserem, pela independência da Bielo-Rússia soviética”.



Os frutos amargos do "socialismo de mercado"

A "dolarização" das economias do Leste tem como consequência uma terrível regressão social.

Ernest Mandel

Os riscos de um desvio à direita da revolução na Tchecoslováquia e na Alemanha Oriental são alimentados, no plano político, pela idealização das condições de vida sob a Primeira República (o regime Masaryk-Benes) na Tchecoslováquia, pela miragem de uma reunificação incondicional, isto é, capitalista da Alemanha.

Mas, no sentido inverso, a evolução na Hungria e sobretudo na Polônia serve de alerta aos trabalhadores destes dois países. É que todas as implicações da política de austeridade que são gerados por uma inserção maior destes dois países no mercado mundial de acordo com as "regras do jogo" do FMI, manifestaram-se com extrema gravidade de forma muito mais rápida do que se previa.

Sob o título "Perspectivas para os europeus do Leste: anos de sofrimentos e de riscos, o **Internacional Herald Tribune** de 30 de novembro de

gência de movimentos políticos radicais e mesmo a novas insurreições populares..."

Regressão social

Com efeito! O que isto significa concretamente na Polônia, o semanário liberal da Alemanha Ocidental **Die Zeit** exemplifica em um artigo aparecido no número de 10 de novembro de 1989:

"Há dez anos atrás, a Polna em Varsóvia era um mercado no qual tudo era muito caro, mas onde tudo o que a agricultura polonesa produzia de qualidade podia ser obtido. Hoje, a Polna tornou-se uma loja de venda de produtos alimentares ocidentais onde se pode obter quase sempre, a preços astronômicos, o que aqueles que detêm dólares podem ter acesso graças a uma taxa de câmbio extremamente favorável — até mesmo a ração para gatos, evidentemente 'sem colorantes'.

Mas ao mesmo tempo, uma velha aposentada desata em lágrimas diante de uma loja 'normal' porque já não pode



Barbara Johnson e Lech Walesa: a herdeira do truste americano comprou os estaleiros navais Lenin por um preço 5 a 10 vezes menor.

che Zeitung, por sua vez, coloca os pontos nos is em seu número de 28 de novembro de 1989:

"Os indigentes recebem hoje tickets de racionamento. Quatro milhões de pessoas se beneficiam dele. Ao menos na Polônia (a cifra real oscila entre 5 e 6 milhões — E.M.), depois que o primeiro-ministro comunista (sic) Rakovski liberou os preços dos produtos alimentares no início de agosto. Um quilo de carne de boi custa atualmente 20.000 zlotys... Anna Zambrowsky, aposentada após uma vida inteira de trabalho, recebe uma pensão de 70.000 zlotys: 3,5 kg de carne por mês (...). Os preços dos víveres de qualidade aumentaram tanto que, de acordo com especialistas do ministério de Assuntos Sociais, a alimentação sadia e o desenvolvimento normal de uma parte importante das crianças está ameaçada (biologicamente).

Ao mesmo tempo, a "dolarização" da economia permite aos capitalistas estrangeiros comprar empresas industriais por uma fração reduzida de seu valor real. Assim, os canteiros navais de Lenin, em

qual capitalista estrangeiro comprará fábricas que geram prejuízos? Quanto aos aspirantes capitalistas poloneses, eles não têm nem os meios nem a competência de empresários para comprar as grandes empresas industriais. Eles são, na "melhor" das hipóteses, milionários em dólares, não bilionários como os grandes capitalistas monopolistas do Ocidente, do Japão e do Brasil. Seria necessário vinte anos para mudar esta situação; e em vinte anos, muitas coisas poderão mudar na Polônia, na Europa, a nível mundial e não em proveito do capitalismo.

O que se passa na Polônia e na Hungria é, portanto, uma decomposição da "economia de plano" (de gestão burocrática-estatal) sem o renascimento do capitalismo. Haverá um longo período de convivência híbrida de um "capitalismo" embrionário, rastejante, especulativo, corrompido, atrozmente anti-social com uma economia estatizada em decomposição (com um setor cooperativo em expansão).

Todos os economistas são de opinião que o setor privado recuperará apenas 10% das empresas do Estado em um futuro previsível.

Isto é a reestruturação do capitalismo? Não. Todos os economistas são de opinião que o setor privado recuperará apenas 10% das empresas do Estado em um futuro previsível: 2.000 entre mais de 20 mil empresas. Seu peso continuará menor na economia polonesa que na URSS sob a Nova Política Econômica (política econômica adotada pelo governo soviético então dirigido por Lenin).

É que a maior parte destas empresas não são lucrativas no quadro do sistema atual de preços ou mesmo no quadro de um sistema reformado. E

Tendo em vista o preço social extremamente elevado que terá de ser pago para manter este monstro, as massas resistirão mais e mais. Um socialismo democrático e autogestionário recuperará aí pouco a pouco um apelo popular. Ao mesmo tempo, a miséria da "economia socialista (?) de mercado" alertará os trabalhadores da Alemanha Oriental, da Tchecoslováquia e da URSS. Uma vitória da revolução política na Alemanha Oriental estimulará fortemente as tendências socialistas entre os trabalhadores poloneses e húngaros.

Os preços dos alimentos aumentaram tanto que, de acordo com especialistas, o desenvolvimento normal de uma parte importante das crianças está ameaçado biologicamente.

1989 escreveu: "À medida em que desmantelam o sistema econômico stalinista complexo que recobria tudo, que encorajam o novo setor privado e buscam os investimentos ocidentais, os governos da Europa do Leste mergulharão suas sociedades em um turbilhão de desagregação, no qual uma taxa elevada de inflação e a emergência de uma desigualdade social e econômica aguda, uma taxa de desemprego elevada serão os traços danosos, mas inevitáveis. Este processo, já em curso a Polônia e na Hungria, incitará à emer-

mais comprar o estritamente necessário. Os dois tipos de pão dirigidos para os pobres existem no papel, mas não nas padarias: não é lucrativo fabricá-los e vendê-los a preços muito baixos. A distância entre os mais ricos e os mais pobres cresce de forma inquietante. Ela não se limita às mercadorias. Este ano, as primeiras escolas privadas serão abertas: elas terão os melhores professores, menos alunos e um nível mais elevado. Mas o acesso a ela custará um quarto do salário mensal médio."

O diário liberal **Suddeutsche**

Romênia

Socialismo?

Vocês diziam socialismo?

A caracterização dos países do Leste como "socialistas" era aceita por várias correntes do PT, mesmo se a esta definição se acrescentava com frequência alguma restrição crítica.

Agora, que de modo avassalador, a realidade submersa dos países do Leste vem à tona, torna-se evidente que estas sociedades estão frontalmente distantes da concepção socialista tal e qual o marxismo formulou.

A Romênia de Ceaucescu é o exemplo mais forte da podridão deste mundo submerso que veio à luz.

A. Tondeur

Quantos membros possuía a Securitate, a polícia política romena? 50 mil? 100 mil? 120 mil? As estimativas variam. Sobre este ponto decisivo, a Glasnost não tocou ainda a Romênia. Uma só conclusão é irrefutável: a Securitate constituía uma força poderosa.

A polícia secreta romena era dividida em dois ramos: militar e político. O primeiro dispunha do material de guerra mais sofisticado do país e de um poder de fogo notoriamente superior ao Exército. Seu arsenal não contava com aviões ou navios, mas veículos blindados anti-motins, helicópteros de combate e um armamento pesado. Tratava-se, sem dúvida, de uma força repressiva dirigida contra o próprio povo romeno.

Informação

O segundo ramo, político da Securitate, estava encarregado da informação. Além dos seus efetivos permanentes, ele podia contar com um número elevado de informantes. O seu número não é conhecido. Alguns especialistas afirmam que poderiam corresponder a um para cada dez romenos. Não é

impossível já que todas estas pessoas não eram agentes. Muitos serviam mediante "chantagem". Em uma situação de grande penúria material, onde o abastecimento é racionado, pode-se imaginar a que recursos sistemáticos os agentes de Ceaucescu podiam recorrer.

Cada um dos dois ramos da Securitate estava, por sua vez, dividido em departamentos, correspondendo cada um deles a um setor determinado da vida política, econômica e social. Pode-se ter uma idéia da profundidade da rede de informantes montada pela Securitate pela notícia divulgada que um de seus departamentos se ocupava em coletar as informações sobre as queixas dos romenos nas filas das lojas. Não era raro que um provocador lançasse críticas à má qualidade do abastecimento para suscitar reações que seriam em seguida denunciadas.

O recrutamento da Securitate parece igualmente ter sido feito de modo bastante particular. Muitas fontes afirmam que uma boa parte dos efetivos era recrutada nos orfanatos. Ainda jovens, as crianças eram subtraídas do orfanato e formadas nas "escolas da Securitate".

Formalmente, a Securitate dependia do ministro do Interior. Mas, na realidade, ele estava sob o controle direto da família Ceaucescu, pelo intermediário da mulher do ditador, Elena. Deste ponto de vista, a Securitate apresentava grandes semelhanças com a guarda nacional do ex-ditador nicaraguense Somoza.

Indignação

Apenas estes elementos deveriam ser suficientes a qualquer marxista, a qualquer socialista, para afirmar com indignação: "o que foi construído neste país não tem nada a ver com o socialismo, com o poder dos trabalhadores".

Com efeito, o ponto chave da análise marxista do Estado é que este é um instrumento nas mãos de uma classe social (classe dominante) para exercer sua dominação sobre outras classes. Desde que a classe

dominante na sociedade não é mais a burguesia (minoritária) mas a classe operária (majoritária), o caráter coercitivo do Estado deveria se enfraquecer proporcionalmente. E o próprio Estado deve ser de um tipo novo, mais transparente, mais democrático que o Esta-

Pobre Marx, pobre Engels, pobre Lenin! Se eles estivessem na Romênia, seriam eles quem diriam: ser socialista hoje não é somente ser anti-capitalista; é também ser anti-estalinista, partidário da democracia socialista.

do burguês. Deve começar a se dissolver na sociedade civil "desde o seu nascimento", dizia Lenin...

Longe de se dissolver, a Securitate de Ceaucescu chegou até a se enraizar no solo de Bu-

quinas de escrever e apresentá-las anualmente à polícia para verificação de seus caracteres;

— reforço de disciplina no trabalho; penas de prisão por faltas profissionais. Supressão do salário mínimo garantido e sua substituição pelo salário por peças;

— obrigação de relatar à polícia por escrito e no prazo de 24 horas, toda conversação com um estrangeiro;

— exame ginecológico mensal obrigatório para as mulheres no sentido de impedir o uso

dispunha de uma fortuna pessoal estimada em 400 milhões de dólares, depositados na Suíça. Mas os Ceaucescu não formavam senão o topo de uma pirâmide de desigualdade social: abaixo deles, havia centenas de milhares de burocratas.

Proporcionalmente, a desigualdade social era muito menor que nos países capitalistas desenvolvidos. Entre nós, uma fortuna realmente grande é contabilizada em bilhões e não em milhões de dólares. Mas no capitalismo a desigualdade social decorre de relações de propriedade: os capitalistas são ricos porque são proprietários.

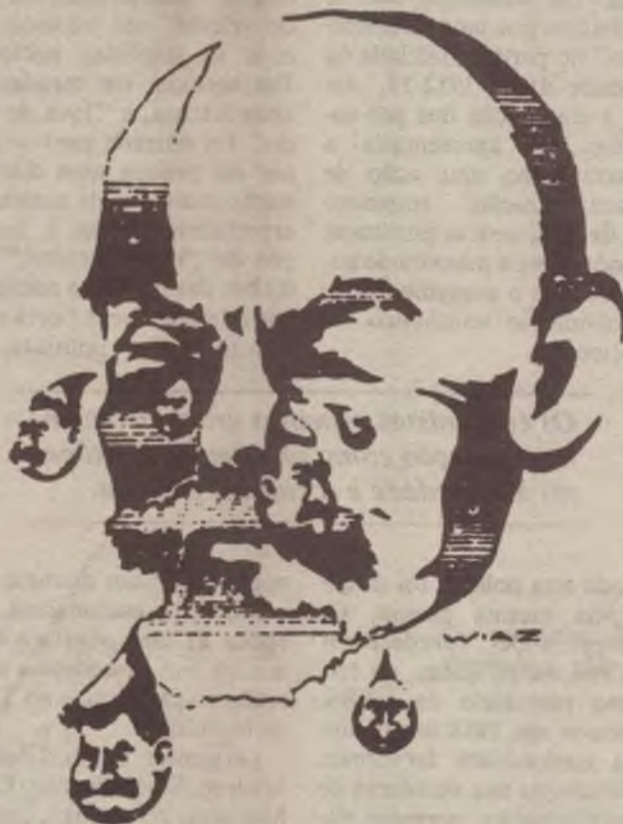
Na Romênia, pelo contrário, a desigualdade decorre da aplicação vergonhosa de normas burguesas não no terreno de propriedade (ela é estatal) mas no campo da distribuição. Daí que o enriquecimento pessoal não tenha nenhuma legitimidade social e apareça mais claramente como o que ele é em todos os sistemas sociais: o parasitismo.

Descrição

As novas autoridades romenas são bastante prolixas no que diz respeito à fortuna dos Ceaucescu. Mas são muito discretos sobre os privilégios do resto da burocracia. Estes devem, no entanto, ser impressionantes. A prova: seria suficiente ao novo regime expropriar as lojas especiais da burocracia para fornecer à população os produtos de importação que lhe faltam até agora.

A situação romena, vista deste ângulo, não tem nada de específica. Ela é fundamentalmente a mesma em outros países não-capitalistas onde uma burocracia expropriou o poder do povo.

Pobre Marx, pobre Engels, pobre Lenin! Se eles estivessem lá na Romênia, são eles quem diriam: ser socialista hoje, não é somente ser anticapitalista. É também ser anti-estalinista, partidário incondicional dos direitos democráticos mais amplos e do pluralismo político. Como escreveu Engels, comentando as lições da Comuna de Paris: "a classe operária não pode chegar a ser dominante senão sob a forma de uma república democrática".



carest, onde dispunha de uma rede de túneis. A convicção de que o regime não tinha nada a ver com o socialismo é ainda reforçada por uma enumeração sumária de decretos, dos quais a Securitate se servia para exercer um verdadeiro terror cotidiano. Eis alguns deles:

— interdição do jogo de cartas, para impedir as reuniões políticas privadas;

— interdição da posse de uma fotocopiadora. Obrigação de prestar contas das má-

de meios contraceptivos e o aborto;

— obrigação de apresentar a carteira de identidade para toda compra.

Privilégios

A sustentação de uma máquina jurídico-policia assim tão pesada custa muito caro. Este preço só se justificava pela necessidade de proteger privilégios materiais importantes. De fato, o clã Ceaucescu

A história de uma

Um pequeno partido comunista de algumas centenas de membros e sem tradição chega ao poder graças à submissão e ao apoio da URSS. No poder, ele passa em pouco tempo a partido único com mais de um milhão de filiados.

Um poder que nasce sem revolução e com a expropriação dos direitos democráticos dos trabalhadores se consolida. A partir de um determinado momento, centraliza-se cada vez mais nas mãos de uma família, um clã.

Privilégios e opressão política: a raiz de uma sociedade que muitos qualificam de "socialistas".

— Em quais condições a ditadura burocrática se instalou no pós-guerra?

Edith Lhomel — A particularidade romena vem do fato de que não havia nenhuma tradição comunista antes da guerra. Em 1944, o Partido Comunista Romeno (PCR), dirigido então por G. Gheorghiu-Dej era composto apenas por algumas centenas de membros cuja influência era particularmente reduzida. Entretanto, no espaço de três anos, ele conseguiu extinguir o conjunto dos outros partidos políticos — decreto bastante influente, como o Partido Liberal e o Partido Nacional Camponês — e obrigou o rei Michel a renunciar.

Desprovido, na época, da menor legitimidade, não foi senão à sua total submissão diante de Moscou e à intervenção dos soviéticos na vida política romena que o PCR obteve tal ascensão. A entrada, em fevereiro de 1948, de membros do Partido Socialdemocrata contribuiu para o inchamento de suas fileiras; ele contava então cerca de um milhão de membros.

Esta evolução foi extremamente mal recebida pela população. A muito frágil implantação inicial do PCR se reduzia a alguns núcleos de operários e de intelectuais, estes últimos em geral de origem judia ou húngara. Assim, a população teve sempre uma atitude de rejeição para com os comunistas. Em 1948, os comunis-

tas romenos eram vistos pela população como um elemento exógeno à sociedade e à cultura política. Eram vistos como agentes de Moscou, no sentido mais primário do termo.

De 1958 a 1965, abre-se um período de distanciamento com relação a Moscou. A origem deste fenômeno se acha no conflito da direção romena com Kroutchev, que queria impor à Romênia um desenvolvimento assentado na agricultura e a transferência de suas matérias-primas, isto no quadro de uma divisão de tarefas no seio do Comecom. Em troca, os dirigentes romenos desejavam manter de forma absoluta a prioridade à indústria pesada, conforme o esquema stalinista clássico.

Uma segunda razão deste distanciamento com relação à Moscou foi a vaga de "desestalinização" que se desdobrou sobre os países do Leste nesta época. Na Romênia, isto se concretizou por uma "romenização" do partido, iniciada na realidade desde 1952-53. Assim, a eliminação dos pró-soviéticos foi apresentada a Moscou como uma ação de "desestalinização" enquanto que, de fato, nem as estruturas de poder nem a maneira de governar, nem o esquema de desenvolvimento econômico foi questionado.

Os comunistas romenos eram vistos pela população como um elemento exógeno à sociedade e à cultura política.

Toda esta política foi dirigida pela mesma pessoa, G. Gheorghiu-Dej (predecessor de Ceausescu), quem, de fervoroso partidário da URSS, tornou-se em 1958 um comunista nacionalista fervoroso. Ele alcançou este simulacro de desestalinização permanecendo no poder e eliminando da direção V. Luka e A. Pauker, respectivamente de origens húngara e judia.

Este processo culminou em 1962-63, quando Dej praticou uma política de abertura para o Ocidente para contrabalançar seu "afastamento" de Moscou. Ele criou assim condições de realizar seu projeto de desenvolvimento da indústria pesada, graças à entrada de capitais, de produtos e de tecnologia ocidentais. Esta po-



Prisão de um membro da Securitate em Timisoara

lítica é, portanto, anterior à chegada ao poder de Ceausescu em março de 1965.

Este último não fez senão prosseguir o processo iniciado por Dej, reforçando alguns de seus aspectos. Ao nível do partido, a romenização dos quadros foi acentuada. Uma política de "mão de ferro em luvas de veludo" foi iniciada para com as minorias nacionais. Em seguida, em meados dos anos setenta, a "luva de veludo" foi retirada para se colocar em prática uma discriminação mais e mais acentuada, especialmente com a instalação de "representantes" fantoches das minorias nacionais, considerados seus porta-vozes nas instâncias políticas, e a

aparência de um discurso crescentemente nacionalista. É a época de uma abertura diplomática sem precedentes em direção ao Ocidente e ao Terceiro Mundo.

Dirigentes como Gheorghe Maurer, Silviu Brucan, Cornel Manescu, co-autores, com três outros antigos dirigentes do PCR, da "carta aberta à Ceausescu", em março de 1989, estavam entre os artesãos desta política chamada autônoma. Hoje, nós os reencontramos entre os que renegam Ceausescu. Ao contrário da Polônia ou da Hungria, não houve jamais uma verdadeira corrente reformadora no seio do PCR.

— Esta "romenização" dos quadros permitiu ao PCR adquirir uma certa legitimidade

nacional aos olhos da população e constituir uma base social?

Edith Lhomel — É certo que o apoio popular se ampliou mas unicamente por intermédio do discurso nacionalista. Graças a esta "resistência" à União Soviética, os dirigentes da época, e sobretudo Ceausescu, se beneficiaram de um certo apoio popular. Mas a população estabelecia uma distinção entre estes dirigentes e o Partido Comunista que, no plano ideológico, era sempre rejeitado em bloco.

Em 1968, Ceausescu realizou uma ação de grande repercussão ao se recusar se associar à invasão da Tchecoslováquia pelas tropas do Pacto de Varsóvia. Assim, de uma forma bastante hábil, ele tirou proveito do sentimento antirruso da população romena. Entretanto, esta recusa de intervenção na Tchecoslováquia não significava absolutamente uma adesão às tentativas reformadoras de Dubcek.

Ao contrário da Polônia ou da Hungria, não houve jamais uma verdadeira corrente reformadora no seio do PCR.

Ao mesmo tempo, o PCR rejeitava obstinadamente qualquer reforma semelhante em seu interior.

Houve também, entre o início dos anos 60 e os meios dos anos setenta, um real crescimento econômico. No quadro de uma fase extensiva de crescimento, o país se dotou de uma base industrial sólida, tornando-se mesmo uma força econômica importante em certas áreas. O nível de vida conheceu uma certa melhoria,

enquanto que se produzia um êxodo rural e uma chegada massiva de camponeses às fábricas. É necessário lembrar que 59,2% da população romena era ainda rural em 1970. Por consequência, tratava-se incontestavelmente para eles de uma promoção social com relação à miséria dos campos.

A personalização do poder nas mãos de Ceausescu e de sua família começou desde o início dos anos 70. A partir desta data, Ceausescu realizou um giro, alterando a composição da direção do Partido, para ali colocar seus "homens". Se até então ele havia sido sustentado pelos membros da antiga equipe de Dej, ele vai agora colocar pessoas dependentes completamente de si, na medida em que lhes devia toda sua carreira política. É desta época que datam as divergências com os Iliescu, Maurer, etc, que estavam, de um lado, alarmados por esta personalização do regime e, de outro, perderam sua influência. Perdo do fim dos anos 70, a inteligência tecnocrática foi totalmente afastada em prol dos membros do aparato, o que foi acompanhado de um novo rigor ideológico.

Desde então, a ambição modernizadora de Ceausescu foi reduzida a um puro voluntarismo derivado de uma verdadeira megalomania e os "avanços" tecnológicos se fizeram de forma crescente a golpes de espionagem industrial.

— Este giro foi somente o efeito de uma dinâmica interna da monopolização do poder pelo clã Ceausescu ou cor-

respondia igualmente a dificuldades econômicas?

Edith Lhomel — Creio que é fruto mais de uma dinâmica interna. Ele foi aliás incapaz de se dar conta do momento exato a partir do qual ele foi perdendo o seu carisma ou popularidade. É preciso compreender bem a personagem. Ele foi sempre habituado a ver as massas submissas, em parte ou totalmente manipuladas, e em todos os casos, enquadradas.

ditadura burocrática



As condições de vida do povo romeno sob o "socialismo" de Ceausescu eram execráveis.

Lembremos seu rosto, quando da manifestação de "apoio" que ele havia organizado imediatamente antes de sua queda: quando as pessoas começaram a vaiá-lo, não foi um olhar de cólera que ele teve, mas um olhar tanto de espanto como de pânico.

No início dos anos 70, os efeitos perversos desta política econômica centralizada e planificada não apareciam assim tão abertamente e as dificuldades econômicas eram em parte ocultadas pela política de endividamento no Ocidente. Além disso, o regime se beneficiou do apoio dos países ocidentais que jogaram igualmente a cartada da autonomia romena

tas reformas de descentralização que foram aplicadas, por exemplo, na URSS ou na Tchecoslováquia não ocorreram na Romênia. Os economistas de veleidade reformadora foram afastados.

A única mudança foi a abertura aos créditos ocidentais, mas de uma forma bastante instrumentalista, os créditos sendo colocados em prol de uma estratégia jamais modificada: prioridade à indústria pesada, desenvolvimento superdimensionado de setores como a química, a petroquímica, o aço e a siderurgia, em detrimento total do consumo e do desenvolvimento da agricultura. A relação "70% dedi-

o país não havia conhecido desde a guerra): azeite, açúcar, farinha. A carne foi também racionada, mas como ela não era encontrada, pode-se dizer que mesmo o racionamento se tornou teórico. Ceausescu insistiu igualmente sobre a necessidade de se fazer economia de energia, impondo restrições importantes à população para o racionamento do aquecimento e da iluminação elétrica, enquanto que o consumo das famílias não representava senão 7% do consumo total de energia.

— **Quais eram as razões da política pré-natalista do regime? Quais eram as suas consequências sobre as mulheres?**

Edith Lhomel — É necessário antes dizer que esta política não alcançou seus objetivos, até pelo contrário. Não dispomos de cifras exatas já que as estatísticas ou são manipuladas ou inexistentes. Mas se sabe que o crescimento demográfico baixou de uma forma anormal para um país europeu industrializado e que a mortalidade infantil (como a das mulheres) cresceu. Sobre este último ponto, as cifras são de fato mais elevadas, já que as crianças não eram registradas senão três semanas após seu nascimento, o que permitiu camuflar uma parte importante da mortalidade infantil.

Não existia nenhum meio de contracepção e, além disso, a população — sobretudo rural — vive na ignorância total de tudo o que diz respeito ao controle dos nascimentos. A sexualidade continua a ser um tabu. Um aborto era considerado crime. Ele apenas foi autorizado em um curto período na década de sessenta. Os abortos clandestinos eram, portanto, a regra. Além disso, as mulheres deviam se submeter a cada três meses a um exame ginecológico para se verificar se estavam grávidas.

— **Quais são os fatores que determinaram a explosão atual?**

Edith Lhomel — Os fatores externos, as mudanças na URSS, na RDA, na Tchecoslováquia foram determinantes, jogaram um papel de detonador. Certamente, já fazia algum tempo que a população estava a ponto de se revoltar, da mesma forma que o Exército e uma parte da Securitate. Mas o medo da ditadura não

desapareceu de verdade senão com a maré popular na Europa do Leste.

A conjuntura regional teve igualmente influência. Ceausescu por muito tempo utilizou de forma demagógica a febre nacionalista para manter a ordem interna, apoiando-se no medo de uma intervenção russa no caso de uma contestação interna. A chegada ao poder de Gorbachev relegou este medo a um segundo plano.

— **Não havia alternativa alguma a Ceausescu no seio do regime, capaz de reformá-lo para evitar a explosão?**

Edith Lhomel — Não, nenhuma corrente reformadora se formou no seio do PCR por razões ao mesmo tempo de repressão e de cultura política. As pessoas que aderiram ao PCR após a tomada do poder não o fizeram senão por oportunismo ou carreirismo e não por convicção política, à exceção de alguns que foram afastados mais tarde no início dos anos 70. Isso explica aliás porque o Exército desempenhou um tal papel. Pois dentro do PCR não havia nenhum dirigente de envergadura capaz de dominar a situação.

— **Quais são as pessoas que compõem o núcleo do novo poder e quais são as suas trajetórias?**

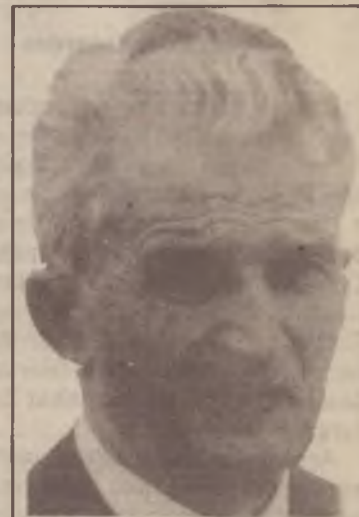
Edith Lhomel — É um núcleo aparentemente composto

O medo da ditadura não desapareceu de verdade senão com a maré popular na Europa do Leste.

de pessoas que foram afastadas no início dos anos 70: Iliescu, Brucan, Mazilu são ex-membros do PCR. Mas os da velha guarda foram definitivamente afastados das instâncias, sem dúvida porque o PC está completamente desacreditado aos olhos da população.

— **Pode-se falar de um papel direto de Moscou na revolução ou de laços privilegiados da nova direção com o PC soviético e Gorbachev?**

Edith Lhomel — Penso que não. Existia um grande distanciamento entre os dois aparelhos. É verdade, porém, que o estado-maior do Exército, assim como uma parte da Securitate, e os dissidentes sabiam que se derrubassem Ceausescu teriam a boa vontade, senão o apoio ativo, de Moscou.



Nicolae Ceausescu: do poder absoluto à queda absoluta

A política soviética se desenvolveu por três meios. Em primeiro lugar, com uma visão de longo prazo, com o reforço das relações econômicas e comerciais com a Romênia, entendendo que o regime Ceausescu terminaria um dia ou outro. Assim, foram criadas nestes últimos anos trinta sociedades conjuntas soviético-romenas. Em segundo lugar, minar as bases do regime, entendendo que as mudanças na URSS deveriam cedo ou tarde ter uma influência sobre a população romena. Neste nível, é necessário lembrar o papel determinante que jogou a Hungria no trabalho de minar o regime. E, enfim, em terceiro lugar, tentativas para entrar em contato com personalidades que pareciam querer se distanciar de Ceausescu. Não se pode excluir a possibilidade de contatos entre os soviéticos e Brucan ou Iliescu, mas daí a imaginar um "complô" gorbachevista há uma grande distância. Seria uma visão bastante plicialesca da história.

— **Qual foi mais exatamente o papel do Exército?**

Edith Lhomel — O Exército quis talvez jogar a sua própria cartada. Ele era o parente pobre do regime, bem menos privilegiado e equipado que a Securitate, que contava com cerca de 50 mil homens.

Os soldados de base se identificaram totalmente com a população e se fraternizaram com os manifestantes. Uma parte do estado-maior também se colocou ao lado dos insurgentes. Uma tentativa de putsch militar havia já ocorrido em 1983. O general Militaru participou na origem do golpe e teve a sua vida salva apenas graças a uma intervenção dos soviéticos a seu favor...

A personalização do poder nas mãos de Ceausescu e de sua família começou desde o início dos anos 70.

contra a URSS. Estes concederam à Romênia uma série de privilégios em matéria comercial e reduções alfandegárias, tais como a cláusula da "nação mais favorecida" dos EUA e acordos facilitados pelo Fundo Monetário Internacional ou pelo Banco Mundial (no qual a Romênia foi um dos primeiros países do Leste a entrar).

Quais eram as características da política econômica do regime?

Edith Lhomel — A política econômica seguiu um curso semelhante ao do PCR: nenhuma mudança, nenhuma reforma do dogma da economia centralmente planificada. Cer-

cados ao investimento e 30% ao consumo" não foi jamais modificada enquanto que em outros países do Leste esta relação foi progressivamente moderada. A partir de meados dos anos 70, a economia começou a estagnar e depois a regredir seriamente. A partir do início dos anos 80, com o pagamento da dívida externa, a parte da renda nacional dedicada ao consumo foi ainda mais reduzida.

— **Quais foram as consequências sociais desta política?**

Edith Lhomel — Um empobrecimento dramático da população. O racionamento foi instaurado para os produtos de primeira necessidade (o que

Américo Bernardes

Os primeiros e fundamentais passos para as eleições do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo já estão dados. De um lado o "apolítico" sindicalismo de resultados, representado pelo seu maior ator Luis Antonio Medeiros que tenta várias manobras para se manter por mais um período no cargo. Do lado das oposições, conseguiu-se já definir a chapa única e suas principais linhas de intervenção.

Apesar destas definições, ainda é ignorada a data na qual serão realizadas as eleições. Inicialmente Medeiros propôs-se a definir a data no mês de março, contando que a oposição não teria condições de se unificar a tempo e também avaliando que seu envolvimento com a candidatura Collor poderia criar problemas para sua chapa após a posse do presidente. Para fazer estas manobras, Luis Antonio tem a seu dispor uma modificação estatutária que lhe dá um prazo de quatro meses nos quais pode convocar com um mês de antecedência as eleições.

O vacilo na oposição

Na disputa eleitoral Medeiros saiu na frente. A primeira iniciativa de-se no sentido de tentar cooptar para sua chapa o setor da Articulação Sindical representada por Lucio Bellantani da Ford. Propôs uma "convenção unitária" e dispôs-se a negociar cargos na sua chapa. Este "canto de sereia" chegou a envolver alguns ativistas sindicais que julgaram que seria uma tática oportuna para entrar no sindicato. Contudo frente ao amplo repúdio dos vários setores de oposição, inclusive de vários companheiros da Articulação (principalmente no interior do PT), esta tática de "conquistar por dentro" foi abandonada e chegou-se rapidamente ao arco que resultou na chapa única de oposição (ver matéria abaixo). Entretanto, Lucio não participou deste processo de unificação. Chico Gordo — candidato a presidente pela chapa única de oposição — chegou a propor a retirada de seu nome em favor de Lucio antes da convenção da oposição a fim de garantir a mais ampla unidade de todos os que se opõem a Medeiros.

Medeiros, em um processo despolitizado, numa caricatura de convenção em que não houve qualquer debate, simplesmente a deposição de votos em urna que o indicaram como candidato a presidente na "chapa do sindicato" e deu-lhe poderes para organizar a chapa, lança-se na busca de caracterizar a chapa de oposição como a "chapa dos políticos profissionais". Esta tentativa de mostrar um sindicalismo "apolítico" tem sido uma das marcas principais do sindicalismo de resultados.

Nos principais momentos da luta de classes Medeiros se posicionou francamente ao lado das iniciativas patronais. Apoiou Ermirio de Moraes nas eleições para governo de São Paulo em 86 e Collor agora em 89. Boicotou a greve geral e no momento em que a CUT lança a campanha pela beteeniza-

1256-709
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES
R. OUVIDOR PELEJA, 112
C. U. T.
04128 SÃO PAULO SP

IMPRESSO

EM TEMPO

EDITORA APARTE

R. Artur de Azevedo, 556
05404 - Pinheiros
São Paulo - Tel. 852-8880

Porto pago

DR/SP ISR 40-2063/85
DR/RS ISR 49-083/88



Metalúrgicos / São Paulo

Unidade para vencer

A oposição responde à manobra da antecipação das eleições com a formação de uma chapa de unidade que, se vitoriosa contra Medeiros, mudará o quadro do sindicalismo brasileiro.

ção dos salários, Medeiros busca fazer outro tipo de acordo, furando a busca de um campanha unificada.

Para derrotar o pelego

Ao denunciar a postura de Medeiros, a oposição reforça as iniciativas de conscientizar os metalúrgicos paulistas de que eles são necessários para uma luta maior dos trabalhadores brasileiros. A conquista de melhores condições salariais está na unidade pelo reajuste parcelado e beteenizado dos salários e pela conquista do 14º salário. Mas mais do que ficar correndo atrás da inflação, é necessário unidade para lutar por uma nova política econômica, que seguramente será oposta à postura recessiva que anuncia Collor.

Além disto, a oposição também compreende que para avançar nesta perspectiva de unidade dos trabalhadores devemos lutar por um processo cada vez maior de democratização dos sindicatos.

A derrota de Medeiros deve ser entendida como um marco claro para obstaculizar a política neoliberal pretendida por Collor.



A convenção elegeu Francisco de Souza, deputado estadual petista, para encabeçar a chapa única da oposição

O perfil da chapa

São quatro as articulações que compõem a chapa única de oposição a Medeiros. O processo de unificação inicia-se a partir de um acordo em que o principal é não só garantir que todos estejam representados na chapa, mas que se empenhem efetivamente na campanha eleitoral. Desta forma, foi feito um esforço de unidade que fez com que o setor majoritário da oposição — o MOSM/SP terminasse em minoria no interior da lista de cerca de 100 nomes.

Após a superação dos primeiros problemas, com a afirmação de todos na direção da chapa única, foi decidido

por acordo que 68% da chapa seria distribuído da seguinte forma: 35% para o MOSM/SP, 25% para a Corrente Sindical Classista, 25% para a Articulação Sindical e 15% para Democracia e Luta. O restante seria disputado na convenção da chapa.

A convenção foi realizada no dia 04 de fevereiro e contou com a participação de mais de 700 metalúrgicos. Também acompanharam a convenção cerca de 400 ativistas e dirigentes sindicais de várias categorias e de muitos estados brasileiros.

No acordo efetuado antecipadamente, foram definidos 8 cargos da executiva (de um total de 9), e 20 na direção efetiva (restando um total de 8 para a disputa). Também foram definidos 24

nomes para o Conselho Diretivo.

Na disputa na convenção foram apresentadas 3 chapas que obtiveram as seguintes votações: a chapa representada basicamente pelo MOSM/SP obteve 59,5% dos votos, a chapa da Corrente Sindical Classista obteve 15% dos votos e a chapa representando Democracia e Luta obteve 24,5% dos votos. A Articulação Sindical não lançou chapa na convenção. Nesta aritmética política, em que o MOSM/SP ficou com 43 nomes numa chapa de 100 quando teve quase 60% dos votos, vence a unidade dos metalúrgicos que optaram por derrotar Medeiros nas eleições sindicais. Chico Gordo sai como o candidato a presidente, numa executiva em que estão 4 do MOSM/SP, 2 da Corrente Sindical Classista, 2 da Articulação e 1 da Democracia e Luta.